

X SARI | 2026

MULTILATERALISMO E CRISES
GLOBAIS: O PAPEL DO SUL

Anais de Evento





Ficha técnica

ISBN 978-65-02-12289-1

Organizadores

Luciana Ballestrin

Paula Geordana Hahn

Glauco da Rocha Winkel

Autores e coautores

Davi Renan Rocha

Maria Eduarda Nogueira

João Pedro Pinton

Laysla Gomes Costa

Luana Gomes Lasmar

Kariza Dias Lopes

Gabriela Bonini Falke

João Manoel Vieira de Araújo

Jun Lacerda

Tabita Thais Pereira

Leila Cristhine Sousa

Maria Eduarda Motta

Eduardo Grecco Corrêa

Banca avaliadora

Júlia Rudrigues

Vinicius Baldissera

Revisão editorial

Julia Bohn Nogueira

Mariana Corlassoli

Projeto gráfico

Evelyn Devenz

Eduarda Martins

Miguel Ludwig

Maria de Rosso



Apresentação

Luciana Ballestrin

Orientadora da X SARI

Na última década, a percepção de que se vive um momento particularmente crítico na história global foi intensificada. A palavra “crise” tem sido constantemente mobilizada para pensar a profundidade e simultaneidade das transformações políticas e geopolíticas, sanitárias e ambientais, epistêmicas e comunicacionais, que em última instância, contribuem para a fragilização da vida planetária, humana e não humana. O neologismo “policrise” procura dar conta deste processo maior, o qual impacta fortemente as disciplinas da Ciência Política e das Relações Internacionais (RI). A décima edição da SARI (Semana Acadêmica de Relações Internacionais) do curso de RI da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), portanto, considerou a importância deste fenômeno social para construir sua ênfase temática.

Quando o curso de RI foi criado em 2010 no âmbito do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o Brasil ainda vivia os momentos finais de entusiasmo na política internacional sob a política externa “ativa e altiva” dos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Apostando na ideia de integração e cooperação, ela foi responsável por atribuir ao Brasil um papel de liderança e engaja-

mento junto ao Sul global. Porém, a conjuntura brasileira logo começaria a sentir os efeitos da “crise” financeira do *subprime* de 2008 nos Estados Unidos e o desgaste do ciclo político que ficou conhecido como a “onda rosa” na América Latina. No final de 2009, outro evento de proporção global chamava a atenção nos noticiários: era o início da “primavera árabe”, um ciclo global de protestos posteriormente observado em países muito distintos: Tunísia, Líbia, Síria, Estados Unidos, Espanha, Turquia, entre outros. A despeito das variações e contextos específicos, grande parte destas manifestações foi associada a reivindicações por ampliação da democracia e cidadania.

Esta característica geral fez com que alguns pesquisadores enquadrasse o evento brasileiro “Junho de 2013” nesta sequência, no terceiro ano do primeiro governo Dilma Rousseff (PT). Não custa lembrar dos principais acontecimentos nacionais que, posteriormente, converteram a crise política em uma crise democrática, inserindo o país na rota global da desdemocratização: a deflagração da Operação Lava Jato em 2014 dedicada ao combate à corrupção e marcada pelo intenso grau de politização/partidarização; a contestação dos resultados eleitorais do pleito presidencial de



2014, sem suspeita de fraude, que deu a vitória pela segunda vez à ex-presidenta Dilma pelo principal partido opositor, o PSDB; seu processo de *impeachment* em 2016, cuja justificativa política revestida de técnica não foi comprovada, reforçando a tese do golpe de tipo parlamentar; a prisão do candidato favorito para a disputa presidencial em 2018, o ex-presidente Lula, meses antes do pleito; a eleição de Jair Messias Bolsonaro pelo PSL.

Ao eleger um representante *outsider* da extrema-direita em 2018, o Brasil ingressava definitivamente na lista dos países em crise democrática, marcada pela polarização social, radicalização ideológica pelas direitas, intensificação da violência política e apoio popular a lideranças autocráticas. O negacionismo científico, outro fenômeno típico da policrise em sua dimensão epistêmica, revelou-se particularmente nefasto no caso do Brasil e dos Estados Unidos: por azar histórico, a tragédia pandêmica do Covid-19 sob os governos negacionistas de Bolsonaro e Trump 1, respectivamente, foram responsáveis por centenas de milhares de óbitos evitáveis e pelos maiores números absolutos de vítimas fatais no mundo pelo coronavírus.

A reeleição de Lula em outubro de 2022 e a prisão de Bolsonaro em novembro de 2025 pelos ataques antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023 em Brasília, porém, não foram suficientes para retirar o Brasil da rota da crise sistêmica global. Isso por que a crise da ordem

liberal democrática também se converteu em uma crise da ordem liberal multilateral, tornando altamente hostis as condições para o exercício da política externa e internacional do governo Lula 3. O segundo mandato de Trump iniciado em 2025 é mais agressivo e ofensivo que o segundo, tanto interna quanto externamente. No plano internacional, as tentativas de destruição diferenciadas da Faixa de Gaza, Venezuela, Irã e Cuba anunciaram que o retorno da palavra “fascismo” ao vocabulário político e acadêmico se estende agora à palavra “imperialismo”. Nem a China, e tampouco a Rússia, foram capazes de conter os episódios de violência extrema e genocídio (no caso da Palestina) protagonizados pelos Estados Unidos. A anterior invasão da Ucrânia em 2022 pela Rússia, por sua vez, demonstrou que o realismo ofensivo de lideranças autocratas masculinas é repertório ainda disponível para as grandes potências.

O que está em jogo nesta quadra histórica é a legitimidade de valores e princípios básicos que defendem a tolerância ao outro, a dignidade humana e a não violência, assim como a conscientização do problema climático em sua dimensão antropocênica. Poderia o Sul, incluindo o Brasil, reforçar as grandes ideias “democracia”, “humanismo” e “planeta” nesse contexto global crítico? Como acadêmicos e cidadãos, os organizadores da X SARI pretenderam promover a reflexão sobre estas questões urgentes que afetam a vida terrestre.



Sumário

Quando o Estado não é mais o suficiente: Segurança Ontológica e Híbridez Organizacional no Hamas e Hezbollah 7

Davi Renan Rocha e Maria Eduarda Nogueira

Política externa simulada: processos decisórios a partir de modelagem baseada em agentes 13

João Pedro Matzenbacher Pinton

Letalidade policial, necropolítica e controle internacional: o papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos em casos de violência estatal no Brasil 19

Laysla Gomes Costa

Da eficiência militar à legitimidade política: a estratégia russa na sustentação do regime de Assad (2015-2022) 26

Luana Gomes Lasmar

Governança climática e transição energética no complexo termelétrico de Candiota: o caso da ação civil pública 5050920-75.2023.4.04.7100 32

Kariza Dias Lopes

A agenda de descolonização da ONU: o C-24 e sua estrutura institucional 38

Gabriela Bonini Falke



Sumário

Geopolítica da tecnologia e autonomia estratégica: o realinhamento de Irã, Arábia Saudita e Turquia na multipolaridade instável 43

João Manoel Vieira de Araújo

Observatório das Democracias: Inglaterra 48

Jun Lacerda, Tabita Thais Pereira e Leila Cristhine Sousa

A presença do “Lobby de Israel” na Política Doméstica Estadunidense:

AIPAC e seus interesses 50

Maria Eduarda Motta

A continuidade da hegemonia hemisférica: a “Neo”doutrina Monroe de Trump e os seus reflexos para a segurança internacional na América Latina sob a ótica do caso venezuelano 54

Eduardo Grecco Corrêa



QUANDO O ESTADO NÃO É MAIS O SUFICIENTE: SEGURANÇA ONTOLÓGICA E HIBRIDEZ ORGANIZACIONAL NO HAMAS E HEZBOLLAH

Autor: Davi Renan¹;

Coautora: Maria Eduarda Nogueira²;

Orientadora: Fernanda Medeiros³.

¹Centro Universitário de Brasília (CEUB) – davi.rocha@cnpq.br

²Centro Universitário de Brasília (CEUB) – nogueira@sempreceub.com

³Centro Universitário de Brasília (CEUB) – fernanda.luiza@ceub.edu.br

Eixo temático: Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa.

Palavras-chave: Governança rebelde; Atores Não Estatais; Hamas; Hezbollah; Sul Global.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da governança rebelde configura-se como um campo em amadurecimento dentro dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais (Huang, 2016 apud Teiner, 2022). Historicamente, a disciplina manteve foco primário no comportamento de Estados-nação westfalianos como únicos detentores da soberania (Holsti, 2004; Jackson, 2005). Contudo, a persistência de territórios sob controle de atores não estatais na Ásia Ocidental exige o abandono de visões ocidentalizadas que, ao rotular tais áreas meramente como "espaços não governados" (*ungoverned spaces*), empobrecem a análise científica (Keister, 2015). A problemática desta pesquisa reside na insuficiência dos parâmetros tradicionais de "Estados falidos" para explicar a ordem política e a complexa rede de serviços produzida por grupos como Hamas e Hezbollah. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar, de forma comparada, como a hibridez organizacional e a eficácia na provisão de bens públicos consolidam a legitimidade interna desses grupos frente à falência ou insuficiência das alternativas estatais formais.

A fundamentação teórica ancora-se na ruptura epistemológica do institucionalismo neoliberal, que reconhece o peso de atores não estatais (Keohane; Nye, 1977), e no conceito de "governança sem governo" de Rosenau (1992), que valida sistemas de regulação policêntricos operando fora da autoridade westfaliana. Complementariamente, utiliza-se a literatura de ordens políticas rebeldes (Arjona, 2015; Mampilly, 2011) e a crítica pós-colonial de Tocci (2005) para denunciar a "falácia normativa" das abordagens ocidentais. A esse arcabouço articula-se o conceito de segurança ontológica de Giddens (2002, p.41-42), compreendida como a confiança emotivo-cognitiva na estabilidade do ambiente social e na previsibilidade



das relações cotidianas — o que o autor, retomando Erik Erikson, denomina "confiança básica". Em contextos de soberania fragmentada, essa confiança não pode ser ancorada nas instituições estatais, que se mostram incapazes de estabilizar o mundo vivido das populações marginalizadas. É precisamente esse vácuo que grupos como Hamas e Hezbollah preenchem ao substituir a imprevisibilidade do colapso por uma ordem prática, burocrática e socialmente enraizada. A relevância do estudo manifesta-se ao evidenciar que a legitimidade no Sul Global, especificamente no Levante, não emana necessariamente de chancelarias estrangeiras, mas da capacidade pragmática de prover segurança física e ontológica a populações marginalizadas (Al-Aloosy, 2022).

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso comparado, adotando uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e analítica. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de identificar padrões de comportamento e estruturas de governança em contextos distintos de soberania limitada, permitindo uma compreensão profunda da hibridez organizacional de atores não estatais.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de revisão bibliográfica, abrangendo a literatura clássica e contemporânea sobre governança rebelde, ordens políticas insurgentes e Estudos Estratégicos. Complementarmente, foi empregada a pesquisa documental, com a análise de relatórios institucionais, planos de reconstrução e documentos programáticos das organizações e entidades envolvidas.

O recorte espacial abrange o Líbano e a Faixa de Gaza (Palestina), enquanto o recorte temporal concentra-se nas dinâmicas consolidadas na primeira década do século XXI, especificamente a partir da Guerra dos 33 Dias (2006) e da ascensão do Hamas ao poder em Gaza (2007). A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, orientada pelas categorias teóricas de "hibridez organizacional" e "legitimação pragmática", visando correlacionar a eficácia da provisão de serviços sociais com a manutenção do poder político.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, de caráter contínuo e processual, revela que a hibridez organizacional do Hamas e do Hezbollah atua de forma simbiótica com a



necessidade de adaptação à "doutrina de decapitação" sistematicamente empregada por Israel e pelos Estados Unidos. Essa estratégia militar, centrada na eliminação de figuras públicas e quadros estratégicos, busca provocar o colapso sistêmico das organizações através do vácuo de liderança. No entanto, os achados parciais indicam que a resposta a essa ameaça foi o desenvolvimento de uma estrutura de "hidra": a fusão orgânica entre os braços militar, político e social permite que a organização absorva a perda de lideranças individuais sem comprometer sua funcionalidade operativa. A ressignificação do sacrifício no islã xiita e sua absorção pelo pragmatismo sunita do Hamas (NASR, 2006; MOGHADAM, 2006) neutraliza a eficácia psicológica das estratégias de decapitação. Identificou-se que a hibridez surge, portanto, como uma necessidade existencial.

Ao descentralizar o poder em conselhos especializados e centros geográficos autônomos, esses grupos transformaram-se em ecossistemas difusos onde a autoridade é coletiva e a sucessão é institucionalizada. A "estética da burocracia" e a prestação de serviços sociais (como o Projeto Waad e redes de saúde) funcionam como o tecido conjuntivo que mantém a coesão do grupo mesmo sob ataques de precisão.

Adicionalmente, essa resiliência estrutural é indissociável da dimensão do martírio (*Shahadat*), que opera como um catalisador de unidade moral e coesão interna. Diferentemente da racionalidade estratégica ocidental, que interpreta a morte como um desfecho absoluto a ser evitado e um indicador de derrota, a cosmologia desses grupos ressignifica o sacrifício como um ato heroico, desejável e transcendental. No caso do Hezbollah, essa dinâmica é profundamente ancorada na tradição do islã xiita e na simbologia de Karbala, onde o martírio de figuras centrais é visto como uma semente de renovação política e espiritual. De forma análoga, observa-se que mesmo em contextos de maioria sunita, como a Faixa de Gaza sob a atuação do Hamas, a cultura do martírio é onipresente e elucidada como um pilar fundamental da resistência (*Muqawama*). Essa inversão lógica frente à "doutrina de decapitação" evidencia que a eliminação de quadros estratégicos não gera a desmobilização pretendida, mas sim um reforço na unidade organizacional e no compromisso ideológico.

Tal fenômeno sugere que a compreensão plena da governança rebelde no Levante demanda um nível de análise que transcenda a ciência política tradicional, incorporando perspectivas antropológicas e teológicas para decifrar como o sagrado



e o político se fundem na manutenção de ordens alternativas no Sul Global.

4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa logrou êxito em responder à problemática proposta ao demonstrar que a resiliência do Hamas e do Hezbollah não é um subproduto do acaso, mas o resultado de uma hibridez organizacional planejada que funde gestão burocrática, assistência social e resistência armada. Retomando o objetivo geral, constatou-se que essa estrutura híbrida atua como um mecanismo de defesa vital contra a "doutrina de decapitação", garantindo que a descentralização de poder e a institucionalização da sucessão impeçam o colapso sistêmico das organizações diante da eliminação de suas lideranças. A eficácia desses grupos em prover segurança ontológica e serviços básicos preenche o vácuo de Estados insuficientes, consolidando uma legitimidade pragmática que desafia as métricas ocidentais.

Ademais, o estudo concluiu que a dimensão antropológica e teológica do martírio (*Shahadat*) é o elemento que confere unidade moral e coesão interna a esses atores, permitindo que a morte estratégica seja ressignificada como um motor de regeneração e vitória espiritual, e não como derrota. Como limitação, reconhece-se que a volatilidade extrema da Ásia Ocidental impõe desafios constantes à coleta de dados em tempo real. Por conseguinte, esta pesquisa estabelece uma agenda futura de caráter contínuo, ressaltando que o martírio e a hibridez organizacional devem ser estudados de forma persistente em novos ensaios.

Ressalta-se que a governança rebelde, enquanto campo de estudo jovem e ainda pouco explorado, demanda investigações que transcendam os casos do Líbano e da Palestina, buscando compreender se essa simbiose entre gestão burocrática e transcendência moral constitui uma característica emergente das novas ordens políticas no Sul Global. Em última análise, o trabalho reafirma que, no cenário das crises globais e do multilateralismo em xeque, o papel do Sul é também o de produzir formas complexas de soberania que a ciência política tradicional ainda falha em decifrar plenamente.

REFERÊNCIAS

AL-ALOOSY, M. Deterrence by insurgents: Hezbollah's military doctrine and capability vis-à-vis Israel. **Small Wars & Insurgencies**, [S. l.], v. 33, n. 6, p.



999-1016, 2022.

ARJONA, A. Civilian resistance to rebel governance. In: ARJONA, A.; KASFIR, N.; MAMPILLY, Z. (Org.). **Rebel Governance in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 180-202.

BERTI, B.; GUTIÉRREZ, B. Rebel-to-political and back? Hamas as a security provider in Gaza between rebellion, politics and governance. **Democratization**, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 1059-1076, 2016.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. cap. 2: Segurança ontológica e confiança, p. 41-42.

HAMZEH, A. N. **In the Path of Hizbullah**. Syracuse: Syracuse University Press, 2004.

HOLSTI, K. J. **Taming the Sovereigns**: Institutional Change in International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

JACKSON, R. H. **Classical and Modern Thought on International Relations**: From Anarchy to Cosmopolis. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

KASFIR, N. Rebel governance—Constructing a field of inquiry: Definitions, scope, patterns, order, causes. In: ARJONA, A.; KASFIR, N.; MAMPILLY, Z. (Org.). **Rebel Governance in the Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 21-46.

KEISTER, J. **The illusion of chaos**: Why ungoverned spaces aren't ungoverned, and why that matters. Washington: Cato Institute, 2015. (Policy Analysis n. 766). Acessado em 9 dez. 2025. Online. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2563431.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**: World Politics in Transition. Boston: Little, Brown, 1977. p. 23-37.

KNUTSEN, T. L. **A History of International Relations Theory**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

KRASNER, S. D. Sovereignty. **Foreign Policy**, Washington, n. 122, p. 20-29, 2001.

LOVE, J. B. **Hezbollah: Social Services as a Source of Power**. Hurlburt Field: JSOU Press, 2010. Acessado em 7 dez. 2025. Online. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA525243.pdf>.

MAMPILLY, Z. **Rebel Rulers: Insurgent Governance and Civilian Life during Civil War**. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

MAREI, F. G. Dahiya Doctrine. In: ZARTMAN, J. K. (Ed.). **Conflict in the Modern Middle East: An Encyclopedia of Civil War, Revolutions, and Regime Change**. [S. l.: s. n.], 2020. v. 1, n. 1, p. 75-76. Acessado em 9 dez. 2025. Online. Disponível em:



https://lucris.lub.lu.se/ws/portalfiles/portal/121003921/MAREI_Dahiya_Doctrine.pdf.

MAREI, F. G. Governing Dahiya: Interrogating the State in Beirut's Southern Suburbs. **Environment and Planning D: Society and Space**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 608-624, 2014. Acessado em 9 dez. 2025. Online. Disponível em: <https://leadershipandsocieties.com/index.php/lds/article/view/governing-dahiya>.

MISHAL, S. The Pragmatic Dimension of the Palestinian Hamas: A Network Perspective. **Armed Forces & Society**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 569-589, 2003.

MOGHADAM, A. **The Roots of Terrorism**. New York: Chelsea House, 2006.

NASR, V. **The Shia Revival**: How Conflicts within Islam Will Shape the Future. New York: Norton & Company, 2006.

PASCOVICH, E. [Review of Hamas in Politics: Democracy, Religion, Violence, by J. Gunning]. **Middle Eastern Studies**, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 529-532, 2009.

RENO, W. Predatory rebellions and governance: The national patriotic front of Liberia, 1989–1992. In: ARJONA, A.; KASFIR, N.; MAMPILLY, Z. (Org.). **Rebel Governance in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 265-285.

ROSENAU, J. N. Governance, order, and change in world politics. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Org.). **Governance without government**: order and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-29.

SAYIGH, Y. **"We Serve the People"**: Hamas Policing in Gaza. Waltham: Brandeis University, 2011. (Crown Paper 5).

SJOBERG, L. **Gender, War, and Conflict**. Cambridge: Polity Press, 2014.

STEWART, M. A. Rebel governance: Military boon or military bust? **Conflict Management and Peace Science**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 16-38, 2020.

TEINER, D. Rebel governance: a vibrant field of research. **Zeitschrift für Politikwissenschaft**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 747-766, 2022.

TOCCI, N. **What Went Wrong?** The Impact of Western Policies towards Hamas and Hizbollah. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2007. (CEPS Policy Brief, n. 135).

VAN ENGELAND, A.; RUDOLPH, R. M. **From Terrorism to Politics**. Hampshire: Ashgate, 2008.



POLÍTICA EXTERNA SIMULADA: PROCESSOS DECISÓRIOS A PARTIR DE MODELAGEM BASEADA EM AGENTES

Autor: João Pedro Matzenbacher Pinton¹;

¹Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal de Santa Maria.
Email: jmpinton@gmail.com

Eixo temático: Ciência Política.

Palavras-chave: *modelagem baseada em agentes; análise de política externa; teoria de relações internacionais.*

1. INTRODUÇÃO

A liderança política sempre foi uma variável importante no estudo de Relações Internacionais e Ciência Política, embora não tenha sido estudada e valorizada uniformemente. Teóricos do realismo clássico, inspirados por autores como Maquiavel, entendiam a liderança como um fator crítico, por exemplo. Por outro lado, a ascensão do neorrealismo após 1979 levou a uma virada estrutural na disciplina, minimizando a importância de variáveis ao nível de líderes (Byman; Pollack, 2001). Dessa forma, a liderança política ocupa um papel ambíguo na disciplina, pouco estudada para além da noção de que “líderes importam”.

Para melhor esclarecer as diferentes maneiras de análise de liderança política, propõe-se a seguinte tipologia, inspirada nos níveis de análise descritos por Waltz (Waltz, [1979] 2007). Para fins de comparação, utiliza-se como exemplo teorias da tradição realista, mostrando que mesmo dentro de uma mesma tradição, há variação nesse sentido:

Quadro 1 - tipologia de estudos de liderança política

Tipo	Descrição	Exemplo
Estático	Liderança como variável dependente, absorvendo efeitos do sistema	Realismo estrutural (Waltz, [1979] 2007)
Semi-dinâmico	Liderança como variável interveniente, processando efeitos domésticos e internacionais para gerar política externa	Realismo neoclássico (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016)
Dinâmico	Liderança como variável independente, capaz de alterar o sistema	Realismo moral (Yan, 2019)

Fonte: elaboração própria



Este trabalho adota a perspectiva dinâmica, tendo como objetivo compreender como a liderança política exerce efeitos sobre a política externa, para além da constatação que tais efeitos existem - o objetivo é encontrar mecanismos de ação pelos quais a liderança política afeta a formação de política externa. Dessa forma, utiliza-se a teoria do realismo moral, proposta por Yan (2019), com uma metodologia fundamentada em um modelo baseado em agentes, cujo funcionamento é descrito na seção seguinte.

2. METODOLOGIA

Como contribuição central, propõe-se um modelo simplificado de um processo decisório, tendo como marco teórico as tipologias de liderança de Yan (2019): agressiva, conservadora, inativa e proativa. Tais tipologias fazem parte da teoria do realismo moral, que analisa a política externa a partir do foco na liderança política, particularmente sua atitude frente ao *status quo* e “responsabilidade” de admitir limitações. Dessa forma, é uma teoria dinâmica que coloca a liderança política como variável independente, capaz de alterar o rumo da política externa.

Na simulação, líderes interagem e negociam com seus subordinados de forma a alcançar uma solução que esteja de acordo com as preferências de ambos os lados. O quadro a seguir sintetiza as características de cada tipo:

Quadro 2 - tipos de liderança doméstica no realismo moral

Tipo de liderança	Descrição
Inativa	Estilo “laissez-faire”, evita confrontos e mudanças
Conservadora	Busca a manutenção do status quo por meio de riqueza econômica, aceitando suas limitações
Proativa	Busca melhorias no <i>status quo</i> por meio de frequentes reformas, admitindo limitações
Agressiva	Enfatiza a disputa, subverte instituições, e não aceita limitações

Fonte: elaboração própria com base em Yan (2019, pp. 30-32)

Conforme mencionado anteriormente, o modelo é operacionalizado por meio de uma simulação de Modelagem Baseada em Agentes (ABM, na sigla em inglês). Uma simulação ABM é um tipo de modelo formal centrado na interação de três componentes: agentes, ambientes e regras. Tais componentes são expressos por meio de linguagens de programação e softwares (como NetLogo, Python e AnyLogic), que “traduzem” dinâmicas sociais em instruções a serem interpretadas e



implementadas em um computador. Em Relações Internacionais e Ciência Política, tais modelos são utilizados para compreender fenômenos como formação de Estados (Cederman, 1997) e surgimento de tratados de defesa (Walbert; Caton; Norgaard, 2018), fenômenos que resultam de complexas interações.

Como o nome sugere, agentes formam o núcleo de uma simulação ABM. Em geral, agentes são constituídos por um certo número de características próprias (como idade, gênero, ou capital político), a habilidade de “extrair” informações sobre o ambiente e outros agentes, e um mecanismo decisório interno que guia as suas ações dentro da simulação (Hoffmann, 2009). Em outras palavras, agentes são construtos abstratos cujas especificações variam de modelo a modelo, não necessariamente representando indivíduos: podem ser organizações, Estados, ou unidades familiares, ou ainda entidades mais abstratas como ideias.

Já o ambiente é o local onde os agentes estão inseridos. Assim como os agentes, pode ser abstrato. Um ambiente ABM pode ser composto apenas dos resultados das interações dos agentes (simulando uma rede social), em um extremo de abstração, ou incorporar dados geográficos do mundo real, em outro. Também pode ser estático (com atributos fixos) ou dinâmico, alterando-se com o andar da simulação. Por fim, estes dois componentes são unidos por meio de regras, isto é, instruções que guiam o comportamento e interações dos agentes e ambientes.

O modelo proposto neste trabalho contém dois tipos de agentes: um líder e diversos subordinados, inseridos em espaço em formato de *grid* de tamanho 50 x 50, representando um espaço social abstraído. Ao iniciar a simulação, o líder é dotado de uma “preferência” (um valor numérico de 1 a 100) e uma personalidade, conforme as quatro tipologias anteriores. Já subordinados possuem uma posição determinada no grid, preferências, um valor de “tolerância”, e um valor de “visão” que determina sua capacidade de extrair informações de atores próximos.

A cada rodada, subordinados podem realizar duas ações: enviar “propostas” ao líder (caracterizadas numericamente pela preferência do agente) ou bloquear a proposta de agentes próximos com preferências muito distantes, de acordo com a tolerância. Na rodada seguinte, um agente bloqueado pode tentar se mover para agentes mais próximos de sua preferência, de forma a tentar “escapar” de bloqueios.

Já o líder recebe as propostas de cada agente e as julga de acordo com sua personalidade, conforme o quadro a seguir:



Quadro 3 - aplicação das tipologias de lideranças na simulação

Tipo de líder	Ação
Conservador	Tolerância moderada para propostas divergentes
Agressivo	Baixa tolerância a propostas divergentes
Inativo	Aceita qualquer proposta

Fonte: elaboração própria

Após o filtro de propostas, o líder realiza uma ação de veto, caso não exista nenhuma proposta aceitável, ou aceita, encerrando a simulação. No caso de um veto, líderes conservadores e agressivos aplicam uma pressão moderada e forte, respectivamente, estimulando uma convergência de preferências perante ao líder. Líderes proativos, além dessa pressão moderada, também aplicam uma pressão a cada rodada, mesmo nos casos em que nenhuma proposta alcança o líder devido a bloqueios dos subordinados - refletindo uma capacidade de reforma burocrática.

Em relação à aplicabilidade empírica do modelo, sugere-se que ele é particularmente apropriado para casos de burocratização incompleta, como no caso da China Imperial ou Europa moderna. Tais casos são marcados por uma autonomia reduzida da burocracia frente ao líder e redundância de funções, dois fatores representados no modelo a partir da hierarquia explícita, mecanismo de pressão, e indistinção entre subordinados (Kiser; Cai, 2003)

A simulação foi construída por meio da linguagem de programação Python, versão 3.13.11, por meio do pacote Mesa (versão 3.3.1). Foram também utilizados os pacotes numpy (2.3.5) e pandas (2.3.3) para análise de dados, bem como matplotlib (3.10.8) e seaborn (0.13.2) para visualização gráfica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há dois cenários principais que surgiram a partir de simulações com diferentes parâmetros iniciais: um aceite instantâneo e um bloqueio total. Os dois cenários revelam tanto as limitações da atual versão da simulação quanto resultados emergentes interessantes.

No primeiro cenário, há o envio e aceite de uma proposta nas primeiras rodadas de simulação. Isso ocorre principalmente devido à distribuição estatística normal: com uma média de preferências próximas ao líder e um desvio padrão moderado, sempre haverá uma porcentagem significativa de subordinados cujas



propostas estejam de acordo com o líder. Distribuições de preferências mais extremadas e líderes mais exigentes tendem a prolongar a negociação, mas não afetam a taxa de aceite (isto é, encerramento por proposta aceita e não por limite de tempo). O resultado de veto acaba se tornando quase inexistente.

No segundo, foi possível determinar a variável de maior impacto: o alcance de bloqueio. Com alcance de 3 grids, ocorre um efeito cascata expressivo em que os subordinados bloqueiam uns aos outros, e nenhuma proposta efetivamente alcança o líder. Isso gera um impasse que só pode ser resolvido pelo líder proativo, que, sem depender de vetos, pressiona os agentes até sua preferência. Curiosamente, aumentar o número de agentes diminui a taxa de aceite, pois, quanto mais agentes, mais bloqueios. Tal resultado demonstra que um alto número de agentes na simulação pode ser usado para representar burocracias inchadas e fragmentadas. A configuração de maior variabilidade, produzindo tanto bloqueios quanto aceites, foi uma configuração com 500 agentes e raio de bloqueio 3.

Dessa forma, é possível observar que o modelo possui dificuldades para representar diferentes tipos de liderança: três das quatro tipologias levam a resultados idênticos, embora por caminhos diferentes, já que vetos, em geral, não ocorrem. Por outro lado, resultados interessantes emergem a partir da interação entre agentes, demonstrando o potencial do método.

4. CONCLUSÃO

Em que pese o objetivo geral de compreender os mecanismos por trás do processo decisório em política externa, o modelo possui certos resultados interessantes, bem como diversas limitações. Em particular, neste protótipo, buscou-se modelar dinâmicas internas de políticas públicas em geral, evitando aspectos específicos de política externa.

Como a simulação foi fortemente influenciada por dinâmicas entre subordinados, foi possível observar fenômenos emergentes interessantes, como o padrão não-intuitivo de que um maior número de agentes leva a uma menor taxa de aceite, pois há mais oportunidades de bloqueios. O modelo também consegue representar adequadamente alguns desafios que organizações fragmentadas possuem para agir de forma eficiente, devido à possibilidade de bloqueio.

Há limitações importantes: as tipologias dos líderes, com exceção do líder proativo, são essencialmente indistintas, pois dependem do mecanismo de veto para



aplicar pressão aos subordinados, algo que raramente ocorre. Há uma diferença, porém, no tempo até o aceite de uma proposta, demonstrando que a personalidade do líder importa mesmo em um caso guiado fortemente pelos subordinados.

Para versões futuras, é essencial alterar as especificações para produzir um estado inicial mais fiel à realidade. Especificamente, planeja-se introduzir mecanismos de hierarquia (restringindo acesso ao líder), mais tipos de atributos para os agentes (transformando regras fixas em parâmetros variáveis) e mais interação líder-subordinado, incorporando teorias de análise de políticas burocráticas como as unidades decisórias de Hermann (2001).

REFERÊNCIAS

BYMAN, Daniel L.; POLLACK, Kenneth M. Let Us Now Praise Great Men: Bringing the Statesman Back In. **International Security**, v. 25, n. 4, p. 107–146, abr. 2001.

CEDERMAN, Lars-Erik. **Emergent Actors in World Politics: How States and Nations Develop and Dissolve**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

HERMANN, Margaret G. How Decision Units Shape Foreign Policy: A Theoretical Framework. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 47–81, set. 2001.

HOFFMANN, Matthew J. Agent-based Modeling. In: AUDIE KLOTZ; PRAKASH, Deepa (Orgs.). **Qualitative methods in international relations: a pluralist guide**. Research methods series. Basingstoke New York: Palgrave Macmillan, 2009.

KISER, Edgar; CAI, Yong. War and Bureaucratization in Qin China: Exploring an Anomalous Case. **American Sociological Review**, v. 68, n. 4, p. 511, ago. 2003.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. **Neoclassical Realist Theory of International Politics**. [S.l.]: Oxford University Press, 2016.

WALBERT, Harold J.; CATON, James L.; NORGAARD, Julia R. Countries as Agents in a Global-Scale Computational Model. **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, v. 21, n. 3, p. 4, 2018.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. 1. ed., 25. [pr.] ed. Boston, Mass.: McGraw-Hill, 2007.

YAN, Xuetong. **Leadership and the rise of great powers**. Princeton: Princeton University Press, 2019.



LETALIDADE POLICIAL, NECROPOLÍTICA E CONTROLE INTERNACIONAL: O PAPEL DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS EM CASOS DE VIOLÊNCIA ESTATAL NO BRASIL

Autor: Laysla Gomes Costa¹;

¹Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – laysla2208@hotmail.com

Eixo temático: Direito Internacional e Direitos Humanos.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Necropolítica; Letalidade Policial.

1. INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2025 o Rio de Janeiro foi cenário de uma Operação de Contenção nos complexos do Alemão e da Penha que culminou na morte de 121 pessoas, expostos na praça do complexo da Penha na zona norte do estado (Nascimento, 2025). O exemplo contemporâneo demonstra uma realidade e um problema histórico e cultural que acompanha o país, os limites do uso da força e letalidade policial na contenção da criminalidade, sobretudo, quando esse problema revela a força da seletividade e marginalização de grupos historicamente mais vulneráveis e sujeitos a discriminação, a periferia negra.

As intersecções entre letalidade policial e violência da população negra no estado brasileiro é vista no plano internacional através do histórico de casos em que o Brasil foi condenado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos- Corte IDH que envolve o reconhecimento de um racismo institucional e estrutural no país e os limites da segurança pública no combate ao crime.

É diante da persistência do estigma e seletividade criminal de corpos negros no Brasil que culmina na letalidade destes e outras violações de direitos humanos, que o presente trabalho apresenta o problema, de que maneira o sistema interamericano de direitos humanos desempenha um papel crucial no combate a letalidade policial na periferia negra em tempos de necropolítica?

Para isto, o objetivo geral visa analisar a importância do controle internacional pelo sistema regional americano de direitos humanos no combate ao racismo e instituição de políticas de controle da segurança pública no país.

Desse modo, através da ideia de necropolítica apresentado por Achille Mbembe e dos casos julgados pela Corte IDH como referencial teórico propõe um diálogo e debate das facetas do racismo no Brasil, como um problema histórico e



estrutural e que ainda marca a contemporaneidade, conforme evidenciado na operação no Rio de Janeiro.

A justificativa do trabalho, pois, apresenta-se diante da persistência da violência estrutural na periferia negra diante do cenário contemporâneo no estado do Rio de Janeiro, como também diante das últimas condenações do Brasil perante a corte interamericana de direitos humanos que demonstra como a estigmatização de corpos negros pautados numa herança histórica e social viola direitos humanos, mata e pune uma comunidade.

2. METODOLOGIA

O trabalho faz uso da pesquisa qualitativa de método dedutivo, utilizando através de uma análise descritiva e exploratória, da revisão bibliográfica e documental de autores como Achille Mbembe para discutir a necropolítica em conjunto com a análise jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos e de relatórios da Comissão no caso da Operação de Contenção no Rio, de modo a compreender o papel da SIDH nos casos de uso da força e violência policial contra a periferia negra e seus efeitos na jurisprudência pátria, como a ADPF 635 do STF.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estigmatização e punibilidade em corpos negros é reflexo de um passado histórico e social da sociedade brasileira e que acaba por legitimar manutenções de poder e controle social e a acentuação do racismo em todos os seus aspectos, principalmente estrutural e institucional. Nesse sentido, o racismo opera na repressão e controle de corpos negros e periféricos em termos de justiça criminal, trazendo intersecções entre raça e a criminalização da pobreza.

Essa seletividade, repressão e punição de corpos negros torna-se ainda mais perceptível na sociedade contemporânea diante dos casos de repressão policial na periferia negra como a Operação de Contenção nos Complexos do Alemão e da Penha no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2025, como também nas condenações do Brasil perante a Corte IDH.

O que tais casos demonstram é uma realidade do estado brasileiro que pune e gere corpos negros, entrando aqui a ideia de necropolítica apresentada por Achille Mbembe (2016) que pode ser compreendida como uma forma de política de morte



em que o Estado seleciona a vida de determinados grupos, como um jogo de poder e controle sob pessoas vulneráveis, predominantemente pessoas negras.

A necropolítica é evidente no uso da força pela segurança pública em áreas de periferia, demonstrando uma forma de violência estrutural e contenção de corpos em que, por exemplo “as chacinas policiais no Rio de Janeiro [...] se configuram como práticas recorrentes, reiteradas ao longo do tempo, que revelam a normalização da morte como instrumento legítimo de intervenção estatal” (Moura; *et al*, 2026, p. 7).

Essa discussão da violência policial como um problema estrutural e recorrente já foi objeto de debate na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 635 do STF, conhecida como ADPF das favelas, que reconhece a existência de um histórico de excesso no uso da força pela polícia, haja vista o alto número de mortes em operações policiais, que afeta principalmente crianças e a população pobre e negra das comunidades (Brasil, 2025). Além disso, a ADPF menciona um importante caso, “Favela Nova Brasília vs. Brasil” em que o estado brasileiro foi condenado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2017 por falhas na responsabilização de policiais por execuções de civis.

Outrossim, o julgamento da ADPF traz o uso das câmeras corporais na polícia civil condicionado as atividades de patrulhamento e policiamento a serem utilizadas em operações planejadas, como política para redução da letalidade. Contudo, apesar das políticas e reconhecimentos da violência à população negra e periférica, frutos do julgamento da ADPF das Favelas, os acontecimentos da operação de contenção demonstram uma persistência de um problema estrutural e que fomenta um estado necropolítico e de violação de direitos humanos.

Diante desse contexto, é imperioso fazer breves considerações sobre o funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) para compreender a importância do controle internacional do sistema em casos de violações de direitos humanos por parte dos estados membros. Os dois atores de grande importância são a Comissão Interamericana de Direitos Humanos- CIDH e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A primeira, é o órgão principal da Organização dos Estados Americanos- OEA, e que pode receber petições individuais e interestatais contendo alegações de violações de direitos humanos, criar relatorias especiais, atuar na conciliação e edição de medidas cautelares, por sua vez a CorteIDH é uma instituição judicial autônoma, responsável pelo



julgamento de casos de violação da Convenção Americana de Direitos Humanos -CADH com a emissão, por exemplo, de sentenças vinculantes, (Ramos, 2025).

Diante da adesão e ratificação dos estados a CADH, os Estados passam a assumir o dever de respeitar e assegurar os direitos nela consagrados. Nesse aspecto, os órgãos do SIDH exercem função de controle internacional, observando se os Estados partes estão cumprindo as obrigações convencionais assumidas. Todavia, é válido mencionar que a soberania estatal não é ignorada, haja vista que o acionamento dos órgãos da SIDH, como a Comissão, prescinde de determinados requisitos, como o esgotamento dos recursos internos, evidenciando-se, pois, o caráter subsidiário da jurisdição internacional (Ramos, 2025). Além do mais, em atenção as sentenças da corte que tem caráter internacional, cabe aos estados de forma voluntária o cumprimento, em que os entes políticos responsáveis pelo descumprimento podem ser demandado internamente para ser compelido a cumprir as obrigações (Agra, 2024), bem como a corte pode incluir no relatório anual que é enviado a assembleia da OEA o não cumprimento das sentenças pelo Estado responsabilizado, conforme estabelece o art. 65 da CADH (Brasil, 1992).

A par dos poderes de intervenção dos órgãos do SIDH, menciona-se que diante das ações e violações desencadeadas na Operação de Contenção, a CIDH, em dezembro de 2025 realizou uma visita de trabalho ao estado brasileiro com a finalidade de observar in loco a situação dos direitos humanos, com fundamento nas atribuições elencadas a CIDH na art. 41 da CADH, de promoção da defesa dos direitos humanos o que inclui a formulação de recomendações aos Estados-Membros, preparar estudos e relatórios para a efetivação de direitos, como solicitar aos governos dos Estados a prestação de informações sobre medidas que adotarem em sede de direitos humanos (Brasil, 1992).

As observações da visita de trabalho à operação emitidas pela CIDH relatam a realização de reuniões com organizações da sociedade civil e escuta diretamente aos familiares de vítimas das operações policiais. Nesse aspecto conclui-se que há um problema estrutural e predominante da segurança pública no país diante dessa lógica de violência policial nas periferias já observada em outros casos levados internacionalmente como, o Massacre do Acari e o Caso Favela Nova Brasília. A comissão condenou as mortes ocorridas nessa operação e incentivou a necessidade de substituir esse sistema necropolítico por políticas de inclusão e prevenção da



justiça de modo a romper com esse ciclo de morte que marca favelas e periferias no estado brasileiro (CIDH, 2025).

Além dos casos mencionados, cita-se também o mais recente, o caso Cley Mendes e outros (Chacina do Tapanã) vs Brasil cuja sentença foi emitida em fevereiro de 2026 e também revela o racismo como fator de punição e violência policial a população jovem afrodescendente.

Por mais que os casos aqui citados, cujas as condenações recentes de 2017 a 2026 digam respeito a fatos ocorridos na década de 90, as violações frutos da Operação no Rio demonstram a existência de um problema estrutural, e histórico, existente no estado brasileiro e reconhecido perante o sistema interamericano, da persistência da violência da segurança pública perante a periferia negra.

A participação da comissão no caso da Operação de Contenção no Estado do Rio de Janeiro com a fiscalização e emissão de recomendações é um exemplo, da atuação internacional e uma forma de proteger e garantir direitos humanos que não comprometam a dignidade da pessoa humana, compromissos assumidos pelo Brasil perante a adesão do estado a CADH, de igual modo as sentenças emitidas pela CorteIDH são um mecanismo de responsabilização internacional diante da negligência estatal e de reparação, principalmente as vítimas e seus familiares, bem como de mobilização na formulação de políticas públicas no ordenamento jurídico pátrio.

4. CONCLUSÃO

O sistema internacional de direitos humanos é uma importante ferramenta de garantia e observância de direitos e aplicação do princípio da dignidade humana. De forma ainda mais específica, através dos sistemas regionais, como o sistema interamericano, a fiscalização e responsabilização dos estados membros consegue ser vinculante e com a observância às especificidades histórico e culturais das regiões. Através de seus órgãos, como a CIDH e a CorteIDH, o sistema atua na emissão de pareceres, recomendações, imposição de medidas cautelares e até na condenação diante de casos de violação de direitos humanos, precisamente, dos direitos garantidos pela CADH, mesmo diante da soberania estatal.

Embora o caso da Operação de Contenção não tenha ter sido levado até a Corte, não até o momento, é perceptível a primeiro momento a participação e o repúdio da comissão diante da situação, com a realização das observâncias *in loco*,



com o estudo geográfico e escuta das vítimas, na compreensão das intersecções que atravessam o uso da força pela segurança pública e a violência sobre a periferia negra, sobretudo quando o estado brasileiro possui um histórico de condenação perante a CorteIDH sobre a temática.

Nesse sentido, é indubitável que com a intervenção do sistema interamericano, como nos casos mencionados neste trabalho, houve o reconhecimento dos efeitos do racismo na violência estatal e a necessidade de formação de políticas como os efeitos na ADPF das Favelas. Contudo, ainda há um persistência da violência estatal na periferia negra, evidenciado na recente operação de contenção, demonstrando a vivência de tempos necropolíticos, que constitui um problema histórico, social e estrutural dentro da sociedade brasileira. Assim, mesmo diante de tal persistência, o controle internacional se mostra fundamental na formulação de políticas públicas internas, responsabilização e fiscalização em sede de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AGRA, Wendel Beethoven Ribeiro. Fiscalização do cumprimento das decisões da corte interamericana de direitos humanos no âmbito do controle externo da atividade policial. **Revista CNMP**, 2024. Disponível em: <https://ojs.cnmp.mp.br/index.php/revistacsp/article/view/656> . Acesso em: 11 mai. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF).). **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 635**. Redução das mortes causadas por operações policiais em favelas no Estado do Rio de Janeiro (ADPF das Favelas). Relator Ministro Edson Fachin. 03 abril de 2025. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/InfoSociedadeADPF635.pdf> f. Acesso em: 24 mar. 2026.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Observações da visita de trabalho ao Brasil Operação Contenção**. 2025. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/2026/observacoes_visita_brasil.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. **Arte e ensaios**. N.32. 2016. Disponível em:



<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

MOURA, Douglas Luiz de Oliveira; *Et al.* Entre a mira e o esquecimento – A necropolítica nas operações policiais do Rio de Janeiro: Violência de Estado, Direitos Humanos e a “Política da Morte” em perspectiva a partir de Achille Mbembe. **ARACÊ**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e12193, 2026. DOI: 10.56238/arev8n2-077. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/12193>. Acesso em: 24 mar. 2026.

NASCIMENTO, Rafael; COELHO, Henrique. **Operação no Alemão e na Penha tem 121 mortos e se torna a mais letal da história do Rio de Janeiro**. G1. 28 de outubro de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/28/operacao-historico-da-cidade-do-rio.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2026.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: SraivaJur, 2025.



DA EFICIÊNCIA MILITAR À LEGITIMIDADE POLÍTICA: A ESTRATÉGIA RUSSA NA SUSTENTAÇÃO DO REGIME DE ASSAD (2015-2022)

Autor: Luana Gomes Lasmar¹;

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – luanalasmar10gmail.com

Eixo temático: *Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa.*

Palavras-chave: *Intervenção russa; Síria; modernização militar; guerra de informação; legitimidade.*

1. INTRODUÇÃO

Durante a Guerra Fria, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) consolidou-se como um dos pilares da bipolaridade global, sustentada por um vasto complexo militar-industrial e pela busca da paridade estratégica nuclear com os Estados Unidos (EUA) (Fernandes; Lima, 2023). Contudo, o esgotamento do modelo econômico centralizado e o peso insustentável dos gastos militares influenciaram no colapso do sistema em 1991, especialmente após as reformas frustradas promovidas por Mikhail Gorbachev (Corrêa, 2021; Mason, 2023). Por conseguinte, a década de 1990, lidando com as consequências da recente dissolução, e sob a presidência de Boris Ieltsin, marcou o declínio sem precedentes da Rússia, caracterizado não só por uma crise econômica profunda, mas também pelo desmonte das capacidades estatais via privatizações rápidas e pela perda do *status* de superpotência (Corrêa, 2021).

A tentativa de recuperação de sua influência e de reinserção no cenário global ganhou força nos anos 2000 com a ascensão de Vladimir Putin. Apoiada na estabilização econômica via recursos energéticos e impulsionada pela alta dos preços dos hidrocarbonetos, a busca por estabilidade permitiu que Moscou financiasse reformas profundas, reduzisse a dependência de créditos ocidentais e sustentasse uma política externa assertiva e pragmática (Corrêa, 2021; Mason, 2023). Um componente central dessa política de restauração do *status* de potência foi a modernização profunda do setor militar, impulsionada especialmente após as falhas identificadas na Guerra da Geórgia em 2008, que expôs questões como a baixa mobilidade do exército, os equipamentos de comunicação obsoletos e as deficiências no âmbito da inteligência. O Ministério da Defesa iniciou, então, uma reforma radical para abandonar o modelo soviético de mobilização em massa e criar forças profissionais e ágeis, transferindo o foco para a “Defesa Ativa”, baseada em avanços rápidos e decisivos seguidos pela consolidação e fortificação das posições



ocupadas, acompanhada, ainda, da digitalização dos processos de comando (Corrêa, 2021; Sakwa, 2017).

Nesse contexto, a intervenção na Síria em 2015 surge como o ponto de inflexão estratégico na política externa do Kremlin. Tratou-se do primeiro emprego de força militar russa em larga escala fora do antigo espaço soviético desde o fim da Guerra Fria, rompendo com o padrão regionalizado que havia caracterizado sua atuação externa nas décadas anteriores (Kozhanov, 2022). Nesse viés, mais do que uma operação militar destinada a evitar o colapso do regime de Bashar al-Assad, aliado histórico de Moscou no Oriente Médio, a presença militar russa também funcionou como uma forma de demonstração da capacidade militar e de articulação diplomática no sistema internacional (Corrêa, 2021; Sakwa, 2017).

À vista do exposto, este artigo busca responder a seguinte pergunta: de que maneira a integração funcional entre a modernização tático-digital russa e suas campanhas de informação e influência permitiu a sustentação e a estabilização contingente do regime Assad, transformando a eficiência militar em legitimidade política? Argumenta-se que a intervenção russa iniciada em 2015 foi decisiva para evitar o colapso imediato do governo de Bashar al-Assad, permitindo sua sobrevivência e relativa estabilização por meio da sinergia entre o domínio cinético e o informacional. A modernização tático-digital das forças russas permitiu uma eficácia no campo de batalha. Tal conquista forneceu, por sua vez, a base material para uma estratégia de enquadramento informacional por meio da qual a intervenção foi apresentada como uma ação de estabilização e gestão da ordem, moldando percepções domésticas e internacionais e ampliando a legitimidade da permanência do regime Assad. Portanto, compreender como essas duas dimensões – militar e informacional – se articularam torna-se central para explicar a sobrevida estratégica do regime sírio após 2015.

2. METODOLOGIA

Para desenvolver esse argumento, o trabalho adotou uma abordagem qualitativa, orientada por uma lógica de caráter histórico-explicativo, buscando identificar os mecanismos causais que conectam a eficácia tático-operacional russa à construção de enquadramentos informacionais favoráveis à intervenção. Nesse sentido, o artigo reconstrói, de forma analítica, a sequência de relações entre (i) a modernização militar pós-2008, (ii) a aplicação de capacidades tático-digitais no



teatro sírio e (iii) a produção de narrativas de legitimidade associadas à atuação de Moscou. A coleta de dados fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, com base em fontes secundárias especializadas, incluindo literatura acadêmica, relatórios de defesa e análises estratégicas. Essas fontes são mobilizadas para examinar, em um primeiro momento, o processo de transformação das forças armadas russas, com ênfase no modelo dos Grupos Táticos Batalhão (BTGs) e na digitalização dos sistemas de comando e controle. Em seguida, são analisadas evidências empíricas relativas ao emprego de capacidades como inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR), drones, munições guiadas de precisão e sistemas de guerra eletrônica no contexto do conflito sírio. Por fim, o artigo investiga as operações de informação associadas à intervenção, com foco nos principais enquadramentos narrativos e nos mecanismos de construção de legitimidade política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida ao longo do artigo evidencia que a atuação russa na Síria esteve marcada por uma forte integração entre capacidades tático-digitais e operações de informação (Almeida Neto, 2021; Dajani; Gillespie; Crilley, 2019). A modernização militar implementada no pós-2008, materializada no emprego de unidades mais ágeis e na incorporação de sistemas digitais de comando, controle e reconhecimento, permitiu à Rússia operar com elevados níveis de precisão e coordenação no teatro sírio (Almeida Neto, 2021; Fernandes; Lima, 2023). Essa transformação traduziu-se em uma capacidade ampliada de conduzir operações com menor custo humano e político, ao mesmo tempo em que aumentou a efetividade das ações no campo de batalha (Bendett, 2019; Todd, 2024). Nesse contexto, o emprego combinado de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR), drones, munições guiadas de precisão e sistemas de guerra eletrônica contribuiu para a construção de uma superioridade operacional significativa. A redução do intervalo entre a identificação de alvos e sua neutralização, associada à degradação das capacidades de comando e controle do adversário, favoreceu o estabelecimento de “fatos consumados” no terreno (Bendett, 2019; Monaghan, 2022), alterando progressivamente o equilíbrio do conflito e criando condições para o avanço das forças governamentais sírias em áreas estratégicas. Exemplos emblemáticos desse



padrão podem ser observados na retomada de Palmira, em março de 2016, e na ofensiva em Aleppo no final do mesmo ano. No primeiro caso, a recuperação da cidade — anteriormente controlada pelo Estado Islâmico — teve não apenas valor estratégico, mas também simbólico, ao demonstrar a capacidade do governo sírio, com apoio russo, de reverter perdas significativas. A operação envolveu o uso intensivo de poder aeroespacial e munições de precisão, permitindo a retomada de áreas centrais e de recursos energéticos relevantes. De modo semelhante, a ofensiva em Aleppo, cidade estratégica e densamente povoada, evidenciou a eficácia da coordenação entre forças sírias e apoio militar russo, consolidando ganhos territoriais decisivos após anos de impasse (Diniz, 2025; Todd, 2024).

Para além de seus efeitos imediatos no plano militar, esses resultados desempenharam um papel relevante na dimensão informacional do conflito. consistente de capacidade operacional forneceu elementos concretos — “um lastro de realidade” — às campanhas de informação, reforçando a credibilidade de narrativas que apresentavam a intervenção russa como eficaz, necessária e orientada à estabilização (Dajani; Gillespie; Crilley, 2019; Scartozzi, 2015). Nesse sentido, a performance militar passou a operar também como um recurso simbólico, contribuindo para a construção de legitimidade política.

Diferentemente da propaganda convencional, essa estratégia informacional baseou-se em uma lógica de visibilidade seletiva, na qual a presença militar russa era atenuada, enquanto seu papel diplomático e estabilizador era enfatizado. Esse enquadramento permitiu apresentar a intervenção como uma ação legítima de gestão da ordem, reduzindo a atenção sobre custos humanos e danos colaterais. Paralelamente, a Rússia foi construída como um ator indispensável na contenção do conflito, projetando-se como “guardiã da estabilidade” e da soberania estatal (Allison, 2022; Veiga, 2022).

Essa construção discursiva foi complementada por mecanismos mais sutis de produção de imagem, como a chamada “estratégia do sussurro”, por meio da qual conteúdos midiáticos e culturais contribuíram para projetar Bashar al-Assad como um líder modernizador e necessário à manutenção da ordem política (Matar, 2019; Ratta, 2015). Em articulação com estratégias informacionais mais amplas, esse processo buscou reduzir resistências internacionais e reforçar a percepção de que a permanência do regime seria a alternativa mais viável diante do risco de desestabilização. A Rússia consolidou sua posição como ator central na gestão do



conflito, projetando-se como mediadora entre diferentes atores regionais e reforçando sua relevância no cenário internacional (Dajani; Gillespie; Crilley, 2019; Sakwa, 2017; Mason, 2023).

4. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar de que maneira a integração entre a modernização tático-digital russa e as operações de informação contribuiu para a sustentação e a estabilização contingente do regime sírio após a intervenção de 2015. A partir da análise desenvolvida, foi possível identificar que a eficácia operacional obtida por meio do emprego de capacidades digitalizadas não apenas alterou o equilíbrio militar no conflito, mas também forneceu a base material para a construção de narrativas de legitimidade em torno da atuação russa.

Os resultados indicam que a articulação entre desempenho tático-operacional e enquadramento informacional desempenhou um papel relevante na sustentação do regime, ao conferir credibilidade às campanhas de informação e ampliar a capacidade de projeção política de Moscou no cenário regional. Nesse sentido, a pesquisa se mostra efetiva em responder à problemática proposta, ao evidenciar os mecanismos que conectam eficiência militar e produção de legitimidade em contextos de conflito contemporâneo.

Como limitação, destaca-se o foco em um estudo de caso único e a dependência de fontes secundárias. Dessa forma, pesquisas futuras podem explorar análises comparativas com outros conflitos ou aprofundar a investigação sobre os efeitos das operações de informação em diferentes audiências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Getúlio Alves de. **O Poder pela Força: Análise da Reforma Militar Russa e sua Relação com o Posicionamento Internacional do País**. 2021. 1331 p. Dissertação de Mestrado — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/efbcdfb0-9066-4894-9dda-d3782dbedf56>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BENDETT, Samuel. The Rise of Russia's Hi-Tech Military. **Fletcher Security Review**, v. 6, n. 1, p. 6-14, 2019. Disponível em: <https://www.fletchersecurity.org/summer-2019-military-technologies>. Acesso em: 11 mar. 2026.



CORRÊA, Luiza Nunes. **A Rússia frente às pressões ocidentais no século XXI: os casos da Geórgia, da Ucrânia e da Síria**. 2021. 111 p. Tese de Mestrado — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/229744>. Acesso em: 22 dez. 2025.

DAJANI, Deena; GILLESPIE, Marie; CRILLEY, Rhys. Differentiated visibilities: RT Arabic's narration of Russia's role in the Syrian war. **Media, War & Conflict**, p. 175063521988907, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1750635219889075>. Acesso em: 11 mar. 2026.

FERNANDES, Arthur Freitas; LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto. A modernização das forças nucleares da Rússia: reposicionamento geopolítico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 2, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26792/rbed.v9n2.2022.75222>. Acesso em: 13 mar. 2026.

KOZHANOV, Nikolay (Ed). **Russian Foreign Policy Towards the Middle East: New Trends, Old Traditions**. [S. l.]: C. Hurst and Company (Publishers) Limited, 2022. p. 13-26, 146-167, 225-230. ISBN 9781787386891.

MASON, Robert. **Saudi Arabia and the United Arab Emirates: Foreign Policy and Strategic Alliances in an Uncertain World**. [S. l.]: Manchester University Press, 2023. ISBN 9781526148490.

MONAGHAN, Andrew (Ed.). **Russian Grand Strategy in the Era of Global Power Competition**. Manchester: Manchester University Press, 2022. p. x-xv (Foreword); 71-97; 98-127.

SAKWA, Richard. **Russia Against the Rest: The Post-Cold War Crisis of World Order**. [S. l.]: University of Cambridge ESOL Examinations, 2017. ISBN 9781316675885.

SCARTOZZI, Cesare Marco. Assad's Strategic Narrative: The Role of Communication in the Syrian Civil War. **Contemporary Review of the Middle East**, v. 2, n. 4, p. 313-327, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2347798915610037>. Acesso em: 11 mar. 2026.

TODD, Emmanuel. **La Derrota de Occidente**. Madrid: Akal / A Fondo, 2024. ISBN 978 84-460-5558-7.



**GOVERNANÇA CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO
COMPLEXO TERMELÉTRICO DE CANDIOTA: O CASO DA AÇÃO CIVIL
PÚBLICA 5050920-75.2023.4.04.7100**

Autor: Kariza Dias Lopes¹;
Orientadora: Márcia Rodrigues Bertoldi.²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - karizadiaslopes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - (UFPEL) - marciabertoldi1@gmail.com

Eixo temático: Governança Ambiental e Climática

Palavras-chave: *litigância climática; governança climática; transição energética.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as questões da governança climática e da transição energética à luz da Ação Civil Pública 5050920-75.2023.4.04.7100. O referido processo busca o descomissionamento do setor termoeletrico movido a combustíveis fósseis e a implementação de um processo de transição energética justa no Complexo Termelétrico de Candiota.

A Ação Civil Pública 5050920-75.2023.4.04.7100 trata, em linhas gerais, da negligência dos entes públicos réus em darem cumprimento ao conteúdo normativo da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas e da Política Gaúcha de Mudanças Climáticas, bem como instrumentos internacionais como A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e Acordo de Paris. A questão central da demanda é a implementação de ações efetivas de mitigação para o setor carbonífero do Estado do Rio Grande do Sul e a necessidade de elaboração de plano de transição energética justa.

O problema de pesquisa que guiou o presente trabalho foi: como a Ação Civil Pública nº 5050920-75.2023.4.04.7100 se insere no contexto da governança climática global e do Rio Grande do Sul?

O objetivo geral do trabalho foi analisar a petição inicial da Ação Civil Pública nº 5050920-75.2023.4.04.7100 para compreender como este litígio se insere no contexto da governança climática global e do Rio Grande do Sul. O trabalho também teve dois objetivos específicos: (a) descrever os aspectos processuais e jurídicos da petição inicial do litígio climático em análise e (b) descrever como a demanda se insere no contexto da governança climática global e do Rio Grande do Sul.



2. METODOLOGIA

A metodologia é definida como uma pesquisa qualitativa que utiliza as técnicas bibliográfica e documental. A primeira etapa da pesquisa foi descritiva e buscou descrever quais os aspectos jurídicos relacionados aos litígios climáticos mais relevantes da petição inicial do processo. Para isso, a fonte primária consultada foi a petição inicial da Ação Civil Pública 5050920-75.2023.4.04.7100 constante nos arquivos online do Tribunal Regional da 4ª Região.

Buscou-se detalhar as seguintes informações: se é um litígio climático; ano; qual o órgão de origem; fase processual; quais as partes do litígio; qual o fato gerador do litígio; qual o grupo mais afetado pelo fato gerador do litígio; qual(is) o(s) objetivo(s) da ação; quais os pedidos formulados; quais as fontes de direito invocadas (normas internacionais e nacionais, bem como jurisprudência internacional e nacional); bibliografia científica e acadêmica referidas. A partir disso, procedeu-se à análise de como a demanda se insere na governança climática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Ação Civil Pública 5050920-75.2023.4.04.7100 é um litígio climático, isto é, uma demanda que foi levada a um órgão julgador (neste caso, o Judiciário brasileiro) e tem como objeto principal as mudanças climáticas, conforme a definição da Sabin Center For Climate Change Law (2025), plataforma de litigância climática da Universidade de Columbia.

Além disso, trata-se de um litígio climático estratégico, um instrumento jurídico de judicialização da crise climática diante da ineficácia dos instrumentos tradicionais de governança climática e da insuficiência de ação estatal no cumprimento de compromissos climáticos assumidos em âmbito internacional. Ao contrário dos processos convencionais, em que se busca resolver um conflito pontual entre as partes litigantes, os litígios climáticos estratégicos têm o objetivo de induzir transformações estruturais nas políticas públicas climáticas, gerando decisões judiciais capazes de influenciar a formulação e execução normativa e fortalecer a responsabilização dos agentes poluidores (Rodríguez-Garavito; Setzer, 2021; Wedy, 2018, 2023).

O processo, proposto em 2023, perante a 9ª Vara Federal da comarca de Porto Alegre, ainda não transitou em julgado e está, na data de publicação deste



trabalho, em fase recursal. A ação foi proposta por entidades da sociedade civil, representantes da coletividade, em face de estado do Rio Grande do Sul, da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler - FEPAM e da Companhia Riograndense de Mineração - CRM (Rio Grande do Sul, 2023, p. 1).

Ao proporem a ação, os autores buscavam a implementação medidas para enfrentar os impactos climáticos do uso do carvão mineral como fonte de energia no Complexo Termelétrico de Candiota. Também visavam a responsabilização dos agentes processados e a compensação de danos climáticos ambientais, sociais e econômicos causados. Além disso, queriam o reconhecimento judicial da emergência climática no Rio Grande do Sul e dos deveres estatais de atuação (Rio Grande do Sul, 2023, p. 112).

Para isso, foram realizados, no total, 53 pedidos: 38 em caráter liminar e 15 pedidos de mérito, em caráter definitivo. Todos os pedidos derivam de um pedido norteador: que seja declarada a situação de emergência climática no Rio Grande do Sul. Requereu-se a condenação dos réus à reparação integral dos danos climáticos, ambientais, sociais e econômicos decorrentes do não cumprimento normativo por meio dos planos, projetos e ações, inclusive os emergenciais, criados e executados no âmbito de um plano de transição energética justa. Ainda, a condenação de todos os réus ao pagamento do valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de danos morais coletivos em matéria ambiental e climática (Rio Grande do Sul, 2023, p. 111-124).

A petição inicial invocou farto arcabouço normativo, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 6.938/1981, Lei nº 12.187/2009, a Lei nº 12.527/2011, o Decreto nº 4.524/2002, o Decreto nº 9.082/17, o Decreto nº 9.578/2018 e o Decreto nº 9.806/2019. A nível estadual, fez menção à Lei Estadual nº 13.594/2010, Lei Estadual nº 15.047/2017, Lei Estadual nº 13.594/2014, e aos Decretos estaduais nº 56.869/2023, 56.437/22; 56.345/2022, 53.935/2018, 53.160/2016, 53.020/2016, 52.660/2015, 52.372/2015, 51.751/2014, 49.501/2012, 49.287/2012, 49.088/2012, 48.296/2011, 47.924/2011, 47.796/2011, 47.009/2010 e 46.736/2009 (Rio Grande do Sul, 2023).



As normas de direito internacional citadas na peça foram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, o Acordo de Paris, a Declaração do Rio de 1992, a Convenção de Aarhus, o Acordo de Escazú e o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul (Rio Grande do Sul, 2023).

A peça não menciona jurisprudência internacional, mas faz menção a inúmeros julgados do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Rio Grande do Sul, 2023).

Para corroborar todo o alegado, houve extensa utilização de dados científicos climáticos, a exemplo de relatórios climáticos, bem como obras acadêmicas. Trata-se de uma demanda que se insere no contexto de uma governança multinível: municipal, no que concerne ao município de Candiota; estadual, no tocante ao estado do Rio Grande do Sul; e nacional, no que concerne ao Brasil enquanto Estado-nação. Nota-se que os pedidos articulados na petição inicial evidenciam a necessidade de articulação entre os entes federativos para o desenvolvimento e execução de um plano de transição energética justa (Collaço; Lazaro, 2021).

A Ação Civil Pública nº 5050920-75.2023.4.04.7100 cobra do Judiciário uma medida de transformação da política climática diante dos compromissos que o Brasil assumiu globalmente. A exploração mineral de carvão no Complexo Termelétrico de Candiota desrespeita as metas e prazos assumidos pelo Brasil no âmbito internacional, nomeadamente no Acordo de Paris e na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), bem como, no âmbito nacional, na Política Nacional das Mudanças Climáticas e Política Gaúcha das Mudanças Climáticas.

A petição inicial da ação apresenta uma denúncia grave: não só o Brasil e o Rio Grande do Sul não têm cumprido com esse compromisso, mas têm incentivado e licenciado empreendimentos de matriz energética poluidora, nomeadamente o carvão mineral (Rio Grande do Sul, 2023, p. 76).

Um estudo do Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Rio Grande do Sul apontou que o estado concentra aproximadamente 90% das reservas nacionais de carvão mineral e movimentou mais de R\$2,8 bilhões em 2023. Nesse contexto, a resistência à transição energética justa encontra raízes na estrutura econômica regional. Um dos maiores desafios para a transição energética no estado é a limitada articulação entre os setores público e privado (Braga, 2023, p. 16).



Dessa forma, enquanto litígio climático estratégico, a Ação Civil Pública nº 5050920-75.2023.4.04.7100 visa induzir transformações estruturais na política pública climática e no setor energético sul-rio grandense e, consequentemente, brasileiro, com vistas ao cumprimento dos compromissos que o país assumiu internacionalmente. Os autores desse litígio buscam transformar uma obrigação política em uma obrigação jurídica imediata.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho fez uma análise da petição inicial da Ação Civil Pública nº 5050920-75.2023.4.04.7100 para compreender como este litígio se insere no contexto de governança climática no estado do Rio Grande do Sul. Enquanto litígio climático estrutural, a ação é um exemplo de como a governança climática no referido estado atravessa um momento de necessidade de judicialização da questão climática para que os compromissos normativos assumidos pelo país no tocante à proteção do meio ambiente possam se tornar uma obrigação jurídica imediata passível de ser executada.

Especificamente no caso da região carbonífera do Rio Grande do Sul, a Ação Civil Pública nº 5050920-75.2023.4.04.7100 serviu como uma denúncia robusta do afastamento da atuação estatal das metas pactuadas no Acordo de Paris e normas correlatas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Camila de Macedo. **Nota Técnica nº 128: Minerais críticos e estratégicos na transição energética global — oportunidades e riscos para o Brasil e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul, 9 abr. 2023. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202604/nota-tecnica-128-mce-final-9-4-26.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2026.

COLLAÇO, Flávia Mendes de Almeida; LAZARO, Lira Luz Benites. A governança multinível no planejamento energético: limitações e potencialidades para a atuação subnacional. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 31, p. 95-120, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14952>. Acesso em: 8 abr. 2026.

FELDMANN, Fábio. Prefácio. In: OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Litígio em rede: como uma rede de organizações da sociedade civil pautou a agenda**



climática no Supremo Tribunal Federal. São Paulo: Observatório do Clima, 2024. p. 7-9. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2024/10/4-OC_Litigio-em-Rede_PT_simpl es.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

FESTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental, climático e ecológico.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, p. 373-402.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Federal. 9ª Vara Federal de Porto Alegre. **Processo nº 5050920-75.2023.4.04.7100/RS.** Decisão judicial, 2023. Disponível em: https://litigancia.biobd.inf.puc-rio.br/visualizar_documento/2786/. Acesso em: 8 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Federal. 9ª Vara Federal de Porto Alegre. **Processo nº 5050920-75.2023.4.04.7100/RS.** Petição Inicial, 2023. Disponível em: https://litigancia.biobd.inf.puc-rio.br/visualizar_documento/2788/. Acesso em: 8 abr. 2026.

SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. **Methodology.** Climate Change Laws of the World, Nova Iorque, 2025. Online. Disponível em: <https://www.climatecasechart.com/methodology>. Acesso em: 7 abr. 2026.

SETZER, Joana; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. **Litigância climática estratégica: o papel dos tribunais na governança do clima.** In: SARLET, Ingo Wolfgang.



A AGENDA DE DESCOLONIZAÇÃO NA ONU: O C-24 E SUA ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Autora: Gabriela Bonin Falke¹;
Orientadora: Luciana Ballestrin²;

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - gabrielaboninif@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - Luciana.ballestrin@ufpel.edu.br

Eixo temático: Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

Palavras-chave: Descolonização; ONU; Comitê Especial de Descolonização.

1. INTRODUÇÃO

O processo de descolonização esteve presente desde a formação das Nações Unidas (ONU), na medida em que a Carta que estabelece sua criação incorporou o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos. Ao longo das décadas, institucionalizou-se uma agenda que visa alcançar os objetivos de autodeterminação dos povos e independência de Territórios Não Autônomos (TNA).

Dessa forma, o presente trabalho descreve a estrutura institucional e funcionamento do Comitê Especial de Descolonização (C-24), órgão subsidiário da Quarta Comissão da Assembleia Geral da ONU, cuja missão é: (i) examinar a aplicação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral), 14 de dezembro de 1960, e (ii) apresentar sugestões e recomendações sobre o progresso e o alcance da implementação da Declaração (Organização das Nações Unidas, Comissão Especial de Descolonização). Trata-se de uma exploração inicial, inserida em uma agenda de pesquisa maior, coordenada pela orientadora Prof^a. Dr^a. Luciana Ballestrin.

2. METODOLOGIA

A pesquisa possui cunho exploratório no site oficial do C-24, objetivando realizar um mapeamento e uma descrição da estrutura, funcionamento e organograma do Comitê; das missões das Décadas Internacionais para a Erradicação do Colonialismo¹ por ele organizadas; dos documentos produzidos pelo

¹ Primeira Década Internacional para a Erradicação do Colonialismo (1990-2000); Segunda Década Internacional para Erradicação do Colonialismo (2001-2010); Terceira Década Internacional para Erradicação do Colonialismo (2011-2020); Quarta Década Internacional para a Erradicação do



órgão e sua natureza institucional. Da literatura que investiga a ordem internacional pós-colonial serão utilizados principalmente os textos de Grovogui (2011) e Arneil (2023).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a ONU, a descolonização se constitui como um compromisso vinculado à autodeterminação dos povos e à independência formal dos territórios caracterizados como não autônomos (TNA). Atualmente, estes territórios são descritos como aqueles cujo os povos não alcançaram um grau pleno de autogoverno.

Desde a Carta da ONU, publicada em 1945, o princípio da autodeterminação dos povos aparece como um de seus pilares normativos, sendo o Capítulo XI dedicado aos TNA e o sistema internacional de tutela, o qual define as obrigações das potências administradoras quanto aos mesmos. Em 1960 foi formulada a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (Resolução 1.514 da Assembleia Geral) e em 1961 foi criado o Comitê Especial de Descolonização, com o objetivo de monitorar a implementação da declaração.

O Comitê é o responsável de revisar anualmente a lista de Territórios Não Autônomos e avaliar o progresso das ações relacionadas à busca por independência dos mesmos. No que tange sua inserção na estrutura institucional das Nações Unidas, o C-24 atua como órgão especializado e subsidiário (produzindo análises, relatórios, monitoramento) da Comissão Política Especial e de Descolonização da Assembleia Geral, conhecida como Quarta Comissão, que opera como espaço deliberativo e de formalização através da publicação de Resoluções e Diretrizes. O C-24, que atualmente é formado por 29 países, segue um ciclo anual, que inicia em fevereiro com a definição da mesa diretora, composta por chair e vice-chairs, organizando reuniões preparatórias para o seminário regional, que ocorre em maio. Em junho, ocorre uma sessão na qual há representantes dos Estados-membros, potências administradoras e representantes dos Territórios Não Autônomos (Organização das Nações Unidas, Comissão Especial de Descolonização). Essas discussões são consolidadas em recomendações encaminhadas à Assembleia Geral através da Quarta Comissão. Dessa forma, é evidenciado o papel do Comitê enquanto produtor de informações e espaço de discussão.



As Décadas Internacionais para a Erradicação do Colonialismo aparecem como pontos fundamentais da agenda de descolonização da ONU. Estabelecidas pela Assembleia Geral desde os anos 1990, funcionam como mecanismos de reafirmação com o compromisso da descolonização e aceleração deste processo, através de planos de ação que destacam os papéis de vários atores, como as potências administradoras e agências especializadas, além de incentivar a cooperação internacional.

Outro mecanismo do comitê são as missões de visita aos Territórios Não Autônomos, que são organizadas com o objetivo de realizar levantamentos locais acerca das condições políticas, econômicas e sociais destes territórios, funcionando como instrumento de coleta de informações para os relatórios. Além disso, promovem diálogo com autoridades locais e representantes civis. Estas missões acompanham mais diretamente a situação dos TNA e dependem da autorização das potências administradoras para serem realizadas.

A respeito da documentação produzida pelo C-24, é possível encontrar os documentos dos seminários regionais, o relatório final que inclui as conclusões e recomendações para serem levados à Assembleia Geral pela Quarta Comissão, e também relatórios anuais. Nestes primeiros, aparecem informações sobre temas discutidos, desafios, discussões sobre casos específicos, a reafirmação do papel da ONU no processo de descolonização, além de apontar a participação de especialistas, ONGs e outros membros da sociedade civil na sessão. No último relatório do seminário regional (UN, 2025), por exemplo, foram destacados pontos como a necessidade de caminhos para o desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e a relevância da representação civil no processo de descolonização. Já o relatório anual, abrange as resoluções finais do C-24, focando na atuação dos Estados-membros e decisões formais sobre cada TNA, gerando recomendações específicas.

Em suma, ao analisar a estrutura institucional do Comitê Especial sobre Descolonização, o mesmo aparece como principal espaço institucional para esta questão dentro da ONU. Entretanto, a pesquisa avançará sobre outros espaços institucionais que tratam do tema de modo transversal.

Por mais que o trabalho se preocupe em fazer uma descrição institucional, é pertinente comentar sobre as recorrentes críticas sobre a forma como a ONU trata a descolonização, até mesmo acusada de tratar o conceito de colonialismo de forma



superficial. Por exemplo, Grovogui argumenta que as estruturas internacionais frequentemente reproduzem hierarquias herdadas do colonialismo, mesmo quando utilizam discursos vinculados à autodeterminação e à emancipação política. Além disso, Arneil contribui para a análise crítica da instituição uma vez que aponta a problemática da construção do conceito de colonialismo, que, ao ser simplificado a “forma de dominação estrangeira racializada”, limita o entendimento das dinâmicas e consequências enfrentadas pelos países que foram colonizados. Também há críticas a respeito da repetição dos conteúdos produzidos, além da sua ineficácia, tendo em vista o longo período de tempo que a instituição se compromete com a descolonização no qual pouca mudança foi percebida. Ainda existem 17 TNA no sistema internacional.

4. CONCLUSÃO

Com o objetivo de realizar uma descrição institucional sobre o Comitê Especial de Descolonização, bem como sua produção documental a fim de identificar minimamente seu funcionamento, a pesquisa exploratória permitiu uma compreensão inicial do papel do Comitê dentro da instituição e como a agenda de descolonização está organizada para ser operacionalizada, através da produção de relatórios, discussões e recomendações. Ficou evidente que a estrutura institucional que envolve a ONU é complexa e que os processos institucionais possuem muitas dimensões passíveis de análise. Mesmo que o C-24 seja de extrema importância para o debate sobre descolonização, as críticas à superficialidade dos conceitos tratados e a repetitividade de suas resoluções, colocam o Comitê e a própria ONU em uma posição delicada.

Por fim, reitera-se que este mapeamento descritivo inicial é fruto de pesquisa da bolsa de Iniciação Científica vinculada ao projeto “Crise democrática, críticas ao colonialismo e enquadramento identitário” sob orientação da Prof^a. Dr^a. Luciana Ballestrin.

REFERÊNCIAS

ARNEIL, Barbara. Colonialism versus imperialism. **Political Theory**, [s.l.], p. 1–31, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/00905917231193107>.

ANDRADE, Isabela Assunção de Oliveira. O comitê especial sobre a descolonização da ONU: entre o colonialismo e a colonialidade. **Revista de**



Discentes de Ciência Política da UFSCar, v. 5, n. 3, p. 139–175.

GROVOGUI, Siba. A revolution nonetheless: the Global South in International Relations. **The Global South**, Bloomington, v. 5, n. 1, p. 175–190, Spring 2011.

UN. UNITED NATIONS. **Decolonization**. Acesso em 25 de março de 2026. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en>.

UN. UNITED NATIONS. **Documents**. Acesso em 27 de março de 2026. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/documents>.



GEOPOLÍTICA DA TECNOLOGIA E AUTONOMIA ESTRATÉGICA: O REALINHAMENTO DE IRÃ, ARÁBIA SAUDITA E TURQUIA NA MULTIPOLARIDADE INSTÁVEL

Autor: João Manoel Vieira de Araújo¹;

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – jmvaraujo2009@gmail.com

Eixo temático: Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa.

Palavras-chave: *Multipolaridade Instável; Autonomia Estratégica; Oriente Médio; Geopolítica da Tecnologia; Transição Sistêmica.*

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de quase 18 séculos da Era Comum, o centro de gravidade do poder mundial esteve localizado no Oriente, onde grandes impérios como o Chinês, o Otomano, o Mongol e o Safávida, por exemplo, sustentavam territórios militarmente e comercializavam com boa parte do mundo antigo (Halliday, 2005; Veiga, 2009; Visentini, 2022). Nos últimos 300 anos, o cenário mudou rapidamente: encabeçadas pelas Revoluções Industriais, surgiram novas potências que deslocaram o poder internacional rumo ao Ocidente: inicialmente na Grã-Bretanha, para depois em Estados como França, Prússia (Alemanha) até finalmente alcançar os Estados Unidos (EUA). Esta última nação, fortemente presente no Sistema Internacional (SI) desde meados do século XX, viu o contexto pós-Guerra Fria (desde 1991) favorecer ainda mais sua presença e atuação internacional como única superpotência incontestada (Martins *et al.*, 2025; Todd, 2003), baseando-se no predomínio digital, financeiro e bélico e promovendo a globalização neoliberal.

Contudo, o atual contexto pós-2020 tem sido marcado pelo enfraquecimento dessa unipolaridade norte-americana e pela ascensão de uma ordem Multipolar Instável (Visentini, 2025), que, além de evidenciar um possível retorno do poder internacional ao lado oriental do planeta, manifesta-se com intensidade particular na região do Oriente Médio. Tal fenômeno, não sendo apenas político, possui uma base material profunda: as transformações advindas da Quarta Revolução Industrial (2010s - hoje), que atuam como motor de uma transição sistêmica. Historicamente, saltos tecnológicos reconfiguram a distribuição de poder (Martins *et al.*, 2025), e a atual convergência da Quarta Revolução Industrial entre inovação e a digitalização tem permitido que potências regionais contestem a primazia do Ocidente. No Oriente Médio, essa transição se manifesta no recuo estratégico dos EUA e na busca por autonomia estratégica por parte de Arábia Saudita, Irã e Turquia, que também



combina elementos civilizacionais – além dos já mencionados políticos e estratégicos.

Assim, o problema central da pesquisa reside em compreender como Arábia Saudita, Irã e Turquia articulam seus projetos nacionais para converter o vácuo de poder instaurado no Oriente Médio após o declínio unipolar dos EUA, utilizando-se das novas ferramentas tecnológicas para consolidar estratégias de inserção internacional independentes e distantes do modelo civilizacional liberal-ocidental. Já o objetivo consiste em analisar o reposicionamento dessas potências regionais islâmicas à luz da teoria da Multipolaridade Instável e da Derrota do Ocidente, mapeando suas tentativas de construir projetos de poder e redes de alianças no contexto da transição sistêmica pós-2020.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter analítico e com perspectiva histórico-estrutural, fundamentada em revisão bibliográfica crítica e análise documental. O referencial teórico está ancorado no conceito de Multipolaridade Instável, proposto por Visentini (2025) para interpretar a transição sistêmica e as alianças fluidas no cenário internacional contemporâneo, e na ideia de Derrota do Ocidente, apresentada por Todd (2024) para caracterizar a queda da hegemonia norte-americana e ocidental como um todo. O recorte temporal compreende o período de Irrupção da Quarta Revolução Industrial e a subsequente queda da unipolaridade dos EUA e mudança para uma Multipolaridade Instável, iniciado em meados de 2010 e intensificado após 2020.

Para operacionalizar a análise, a pesquisa está estruturada através de três níveis de variáveis: Variável Independente: a crise da unipolaridade norte-americana e a erosão de sua hegemonia; Variável Interveniente: a oferta de alternativas estratégicas, tecnológicas e econômicas por parte de China e Rússia (via BRICS, OCX e BRI); e Variável Dependente: o realinhamento pragmático e a busca por autonomia estratégica de Irã, Arábia Saudita e Turquia. Desse modo, a metodologia combina o método comparativo das trajetórias dessas três potências islâmicas com uma análise geopolítica que integra a tecnologia como variável material e a cultura como variável complementar.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais da pesquisa indicam que a interação entre as categorias analíticas propostas confirma a hipótese de uma transição sistêmica. Observa-se que a Variável Independente (a crise da unipolaridade norte-americana e a erosão de sua hegemonia) atua como o motor primário que desestabiliza o status quo no Oriente Médio, criando as condições de possibilidade para o realinhamento regional.

Em primeiro lugar, identificou-se que a base material dessa autonomia é tecnológica. Isto é, as novas inovações e a digitalizações da Quarta Revolução Industrial permitem que essas potências busquem inserção internacional sem a plena submissão a uma autoridade externa. Exemplos concretos são a indústria de drones turca e a tecnologia de mísseis e guerra assimétrica iraniana (Noronha, 2022), que reduziram a dependência de fornecedores ocidentais e alteraram o equilíbrio de poder regional – operando como uma faceta da Variável Dependente, isto é, o realinhamento pragmático e a busca por autonomia estratégica.

Em segundo lugar, a pesquisa evidencia como a Variável Interveniente (a oferta de alternativas estratégicas, tecnológicas e econômicas por parte de China e Rússia) atua para converter o vácuo de poder em novos arranjos diplomáticos. A exemplo da Arábia Saudita, que passou a coordenar sua política energética via OPEP+ com os russos e aceitou a mediação chinesa para o reatamento com o Irã em 2023 (Batyuk; Morozov, 2022; Gonçalves, 2023), seu pragmatismo sistêmico prova que a segurança e a diplomacia regional deixaram de ser monopólios norte-americanos. Nesse caso, o uso de fóruns como BRICS e OCX exemplifica como essas alternativas externas (intervenientes) catalisam a Variável Dependente, permitindo que os Estados flertem com outros polos para garantir interesses nacionais em um cenário de alianças fluidas (Visentini, 2022, 2025).

Por fim, a pesquisa aponta para a dimensão civilizacional. Para exemplificar, o populismo de Erdoğan e o conservadorismo saudita e iraniano utilizam a cultura islâmica para oferecer resistência às pautas liberais do Ocidente (Todd, 2024). Dialogando com a literatura, esse fenômeno corrobora a tese de Todd (2024) sobre a “desocidentalização” do SI: sociedades tradicionais que propõem modelos próprios de modernidade e soberania. Tal argumentação indica que a Variável Dependente não se limita a movimentos econômicos, mas a uma afirmação de soberania que



rejeita o modelo liberal ocidental. É possível afirmar, portanto, que esses atores não buscam substituir um *hegemon* por outro, mas sim manobrar de forma autônoma entre os polos de poder mundial.

4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa está em caminhos de responder à problemática proposta ao demonstrar que o “vácuo de poder” instaurado no Oriente Médio pós-2020 não resulta em um cenário de caos, mas em uma reconfiguração sistêmica liderada por potências regionais que buscam preencher esse espaço com projetos próprios. Ao atingir o objetivo geral de analisar esse reposicionamento, o trabalho evidencia que o Oriente Médio deixou de ser um mero objeto de disputa das grandes potências para se tornar um sujeito ativo da transição global.

Conclui-se que essa transição não é apenas um evento político ou diplomático, mas um processo reforçado por elementos civilizacionais e tecnológicos, onde a cultura e as capacidades de desenvolvimento de indústrias de defesa e infraestrutura digital definem o grau de autonomia das três potências islâmicas. Assim, a arquitetura que preenche a queda unipolar norte-americana na região é composta por núcleos distintos: o Irã como eixo de resistência, a Arábia Saudita como polo de pragmatismo financeiro e a Turquia como vetor de mediação ambígua. E todos eles como agentes de uma nova ordem multipolar e polos de resistência civilizacional em relação ao Ocidente.

Como limitação e agenda futura de pesquisa, resta aprofundar de que maneira a instabilidade intrínseca da Multipolaridade e a natureza fluida das novas alianças podem afetar essas coalizões regionais pragmáticas. A efetividade definitiva desse realinhamento estratégico dependerá, portanto, da habilidade desses atores em gerir as tensões em um SI em profunda mutação.

REFERÊNCIAS

BATYUK, V. I.; MOROZOV, Yu V. Politics and Strategy of the United States, the Russian Federation, and China in the Middle East. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v. 92, S4, p. S321—S330, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1134/s1019331622100021>. Acesso em: 31 mar. 2026.

GONÇALVES, Mathilde Silva. A política externa da Arábia Saudita, 2015-2022: a era do pós-petróleo que tarda em chegar. **Relações Internacionais**, n. 80, p. 5-18, Dec. 2023. Disponível: <https://doi.org/10.23906/ri2023.80a01>. Acesso em: 29 dez. 2025.



HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2005. 386 p. ISBN 978-0-521-59741-8.

MARTINS, José Miguel Quedi et al. **Revoluções Industriais e Distribuição de Poder Internacional**. **JGBC**, (In press), 15 p., 2025.

NORONHA, Welber Silveira. **Drone multidomínio: conciliando modernização e transformação**. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2022.

TODD, Emmanuel. **After the empire: The breakdown of the American order**. New York: Columbia University Press, 2003. 233 p. ISBN 0-231-13102-X.

TODD, Emmanuel. **La Derrota de Occidente**. Madrid: Akal / A Fondo, 2024. ISBN 978-84-460-5558-7.

VEIGA, Francisco. **El Desequilibrio como Orden: Una historia de la posguerra fría, 1990-2008**. Madrid: Alianza Editorial, 2009. ISBN 978-84-206 8264-8.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Multipolaridade Instável: construindo um conceito da transição sistêmica e suas alianças fluídas. **Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa**, v. 2, n. 1, p. 173-184, jun. 2025a.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Oriente Médio, Afeganistão e Ásia Central: a lógica da guerra sem fim**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica - UFRGS, 2022. 144 p. ISBN 978-65-87889-06-1.



OBSERVATÓRIO DAS DEMOCRACIAS:

INGLATERRA

Autor: Jun Lacerda¹;

Coautoras: Tabita Thais Pereira²; Leila Cristhine Sousa³;

Orientadora: Leticia Baron

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – academicojun@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – tabitathaispsantos@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – I_thynne17@outlook.com

⁴Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – leticiakbaron@gmail.com

Eixo temático: Ciência Política.

Palavras-chave: Eleições gerais; Democracia Parlamentarista; Disputa Bipartidária; Sistema Eleitoral Britânico.

1. INTRODUÇÃO

Em maio de 2024, o primeiro-ministro britânico Rishi Sunak convocou eleições gerais antecipadas para julho do mesmo ano. A decisão, interpretada como uma tentativa de conter a perda de apoio popular frente ao Partido Trabalhista, ocorreu em um contexto de alta abstenção e intensa disputa nas redes sociais. Esta pesquisa questiona como se estruturaram as dinâmicas eleitorais e ideológicas nesse pleito. Sob uma abordagem observacional, examina-se o funcionamento da monarquia parlamentarista e a relação entre o Poder Executivo e o sistema majoritário, identificando os desafios entre a tradição e a modernização institucional.

2. METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em uma análise documental e de conteúdo. A coleta de dados concentrou-se no período entre 22 de maio e 5 de julho de 2024, utilizando como amostragem os noticiários, editoriais e artigos de opinião dos veículos britânicos *BBC News* e *The Guardian*. A técnica de análise de conteúdo permitiu identificar padrões discursivos e eventos-chave, os quais foram contrastados com revisões bibliográficas de documentos acadêmicos e relatórios técnicos produzidos no mesmo recorte temporal. Esta triangulação de dados buscou contextualizar as narrativas midiáticas dentro da teoria dos sistemas políticos.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As eleições gerais britânicas operam sob o sistema majoritário simples (*first-past-the-post*), que historicamente favorece o bipartidarismo entre Conservadores e Trabalhistas. A análise evidenciou que, apesar da solidez institucional, o sistema enfrenta um declínio na participação eleitoral, especialmente entre jovens e minorias, conforme indicam dados do *Economics Observatory*.

A disputa de 2024 revelou adaptações às novas formas de engajamento digital, com as redes sociais servindo como palco central para a distinção ideológica. O Partido Trabalhista, sob Keir Starmer, focou em uma retórica de "reconstrução nacional" e justiça social, associada ao fortalecimento do NHS. Em contraste, o Partido Conservador priorizou a responsabilidade fiscal e o rigor migratório. Essas divergências programáticas refletem concepções distintas sobre o papel do Estado e do mercado no século XXI. A análise dos dados secundários coletados reforça que a política britânica equilibra sua tradição parlamentarista com a necessidade de responder a novos desafios de legitimidade e comunicação política.

4. CONCLUSÃO

O estudo oferece uma análise integrada das dinâmicas eleitorais, conectando a teoria de sistemas políticos às práticas contemporâneas de comunicação. Ao examinar a interação entre o sistema majoritário e o engajamento digital, o trabalho fornece uma perspectiva atualizada sobre a democracia em uma monarquia constitucional, servindo como referencial para o entendimento de como democracias consolidadas se adaptam às pressões contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **What do the parties say on key social issues?** Jul. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cxeez8271nvo>.

ECONOMICS OBSERVATORY. **Question and answers about economy.** Disponível em: <https://www.economicsobservatory.com/>.

THE GUARDIAN. **Lowest turnout in UK general election since universal suffrage, report shows.** Jul. 2024.

UNITED KINGDOM. **The Cabinet Manual.** London: UK Government, 2011.



A PRESENÇA DO “LOBBY DE ISRAEL” NA POLÍTICA DOMÉSTICA ESTADUNIDENSE: AIPAC E SEUS INTERESSES

Autor: Maria Eduarda Motta¹;
Orientador: Luan Brum²;

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – rm.motta.castro@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - luan.brum1996@hotmail.com

Eixo temático: Política Internacional e/ou Externa.

Palavras-chave: Lobby; AIPAC; Estados Unidos; Israel.

1. INTRODUÇÃO

A palavra “lobby” é comumente associada à defesa de interesses de indivíduos ou associações em prol de influenciar a tomada de decisões na esfera política pública (Mancuso, Gozetto; 2007). Após anos de uma relação considerada de apoio “resoluto” entre os Estados Unidos e Israel (Mearsheimer, Walt; 2006 p.01), muitos autores se questionaram se tal apoio estava mesmo de acordo com os melhores interesses estadunidenses. Assim, John Mearsheimer e Stephen Walt, renomados autores do campo das Relações Internacionais, em 2006, serão os pioneiros a trabalhar o conceito do “lobby de Israel”, uma presença contínua no Congresso Americano, que influenciou no passado e influencia contemporaneamente a política externa estadunidense em prol dos interesses israelenses. A partir dessa discussão, emerge uma literatura crítica ao posicionamento estadocêntrico adotado por Mearsheimer e Walt sobre o lobby israelense, ampliando o escopo teórico de análise do tema (Becker, 2013).

A relação intrínseca entre os dois países evidencia uma singularidade quando comparada a outras alianças próximas, como a estabelecida entre Estados Unidos e Reino Unido, visto que, mesmo no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido recebeu 3,74 bilhões de dólares, valor inferior ao montante destinado a Israel (Napoli, Mitchel, Hughes; 2025). Em contrapartida, em 2004, se analisou que Israel foi o maior receptor anual de assistência direta, econômica e militar, desde 1976, e é o maior receptor no total desde a Segunda Guerra Mundial (Mearsheimer, Walt; 2006, p.02). Contemporaneamente, de acordo com análise do Council on Foreign Relations, publicada em outubro de 2025, Israel recebeu mais de 300 bilhões de dólares (R\$ 1,6 trilhão, na cotação atual do dólar) em ajuda militar e econômica desde a sua fundação em 1948.



Tais dados evidenciam uma continuidade histórica nessa relação bilateral, porém para compreendê-la adequadamente é necessário analisar os grupos de interesse políticos e econômicos que sustentam essa relação, assim como a atualidade de sua presença no cenário doméstico. Portanto, a partir da pergunta norteadora: Como o *lobby* de Israel integra a política doméstica estadunidense de maneira a atender os melhores interesses israelenses? A seguinte pesquisa tem como objetivo geral compreender a influência e funcionamento desse *lobby* dentro da política doméstica estadunidense, com os objetivos específicos de i) identificar os principais agentes desse interesse no cenário político estadunidense, ii) apresentar a maneira que esse *lobby* ocorre no cenário doméstico e iii) os objetivos que tal atuação busca atingir.

2. METODOLOGIA

Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, a presente pesquisa, através de revisão bibliográfica, aborda a construção histórica da relação para responder os objetivos propostos. Em relação às fontes primárias serão usados dados de relatórios do orçamento dos Estados Unidos para identificar os benefícios econômicos observados entre os dois países e dados de agências do *lobby* israelense, que sustentam os argumentos de apoio contínuo entre as partes. Em relação às fontes secundárias serão utilizados os livros *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy* de John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt (2007) e *Palestine, Israel and the US Empire* de Richard Becker (2013), assim como artigos científicos como a monografia *O lobby de Israel nos Estados Unidos e a imagem do Estado israelense no âmbito internacional* de Rafaela Vechiato (2020).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa integra os trabalhos do projeto de pesquisa "Repensando a Hegemonia: Poder e Contradições da Presença dos Estados Unidos no Mundo Contemporâneo", do curso de Relações Internacionais da UFPEL. No momento, a pesquisa encontra-se em estágio inicial porém já foram obtidos resultados parciais dos objetivos propostos.

Através da revisão bibliográfica foi possível identificar agentes do *lobby* israelense que apareciam repetidamente em diferentes fontes, como a J Street, Stand With Us e dando-se principal destaque para a AIPAC (American Israel Public



Affairs Committee) (Mearsheimer, Walt, 2007; Vechiato, 2020; Gultom, Mitfah, 2024). A AIPAC foi criada em 1954, inicialmente como “*American Zionist Committee for Public Affairs (AZCPA)*”, posteriormente passando a AIPAC com o slogan de:

Ser uma organização que trabalha em prol de fortalecer a aliança Estados Unidos-Israel, com a missão de encorajar e persuadir o governo estadunidense a promulgar políticas específicas que permitam um relacionamento forte, duradouro e mutuamente benéfico com nosso aliado Israel (tradução minha - ABOUT AIPAC).

A agência influencia decisões do Congresso Estadunidense através do financiamento de campanhas políticas para eleger atores alinhados aos interesses israelenses, disponibilizando em seu site uma aba para contribuição e acompanhamento de campanha (AIPAC PAC - Political Action Committee). Em 2025, a mesma divulgou um relatório onde apresenta o apoio a 361 candidatos (tanto democratas quanto republicanos) pró-Israel, com o suporte direto de US\$53 milhões de dólares (AIPAC, 2025).

Logo, é possível inicialmente verificar a presença constante do *lobby* israelense no Congresso e as maneiras que esses interesses adentram a política doméstica estadunidense, através de financiamento e apoio político direto. Com a continuidade da pesquisa, pretende-se evidenciar os diferentes atores e interesses envolvidos nessa atuação.

4. CONCLUSÃO

À luz dos resultados parciais obtidos, torna-se possível apresentar uma resposta preliminar à pergunta de pesquisa. Inicialmente, analisando os documentos disponibilizados pela AIPAC se identifica uma presença contínua dessa associação nas campanhas políticas estadunidenses, só nas eleições primárias do Congresso em 2024, a organização desembolsou US\$20 milhões de dólares para eleger seus candidatos da bancada democrata (Vidal; Gaspar, 2025). Tal dinâmica demonstra como esses interesses se projetam na política doméstica estadunidense por meio da eleição sistemática de candidatos pró-Israel.

Em futuro andamento da pesquisa, a base teórica utilizada será aprofundada de maneira crítica conectando com os dados empíricos obtidos do financiamento econômico identificado, assim como será realizada a exploração de outros agentes além da AIPAC no cenário doméstico, para uma visualização mais ampla dos atores, garantindo maior detalhamento dos objetivos específicos propostos.



REFERÊNCIAS

AIPAC-PAC: Political Action Committee. **We Stand with those who stand with Israel**. Disponível em: <https://www.aipacpac.org/>. Acesso em: 07 de abril de 2026.

AIPAC. **2024 Congressional Report - Bipartisan - February 2025**. Disponível em: <https://aipacorg.app.box.com/s/z2oa78jwjmr2ytmon22xumvxx2d4uphf>. Acesso em: 08 de Abril de 2026.

BECKER, Richard. **Palestine, Israel and the U.S. Empire**. 2. ed. [S.l.]: PSL Publications, 2013.

CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT. **The Special Relationship: A Brief History of US Aid to the UK**. 20 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/special-relationship-brief-history-us-aid-uk>. Acesso em: 06 de abril de 2026.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **U.S. Aid to Israel in Four Charts**. 07 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/articles/us-aid-israel-four-charts>. Acesso em: 06 de Abril de 2026.

FOREIGNASSISTANCE.GOV. **U.S. Foreign Assistance By Country - Israel**. 31 de março de 2026. Disponível em: <https://foreignassistance.gov/cd/israel/>. Acesso em: 08 de Abril de 2026.

GULTOM, Y. S. M., MITFAH, H. Z. (2024). The Role of the Jewish Lobby Toward US Foreign Policy Making on the 2023 Israel-Palestine War (Case of AIPAC). **Hasanuddin Journal of Strategic and International Studies (HJSIS)**, 2(2), 38–49. Disponível em: <https://doi.org/10.20956/hjsis.v2i2.34405>. Acesso em: 08 de Abril de 2026.

MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses. **Revista Organicom**, 2007.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O lobby de Israel. **Novos estudos CEBRAP**, p. 43-73, 2006.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

VECHIATO, Rafaela da Costa. O lobby de Israel nos Estados Unidos e a imagem do Estado israelense no âmbito internacional. 2020. 158 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2020.

VIDAL, Camila Feix. GASPARG, João. “AIPAC x SQUAD: o ‘lobby’ israelense para impedir candidaturas progressistas nos Estados Unidos” **OPEU**. 08 de janeiro de 2025.



A CONTINUIDADE DA HEGEMONIA HEMISFÉRICA: A “NEO”DOCTRINA MONROE DE TRUMP E OS SEUS REFLEXOS PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA SOB A ÓTICA DO CASO VENEZUELANO

Autor: Eduardo Grecco Corrêa¹;

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – eduardo.correa@ufpel.edu.br

Eixo temático: Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa.

Palavras-chave: Estados Unidos; Venezuela; Governo Trump; Doutrina Monroe; América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2025, a publicação da Estratégia de Segurança Nacional (ESN) pela Casa Branca oficializou uma reorientação da política externa dos Estados Unidos sob a nova administração de Donald Trump. Pautado pela consolidação inegociável do preceito "America First", o documento estabeleceu um reajuste da presença global norte-americana com um foco securitizado e pragmático no Hemisfério Ocidental, visando conter o avanço de ameaças transnacionais e a influência de potências extrarregionais rivais (White House, 2025).

Essa abordagem de "imprevisibilidade previsível" (Reis, 2025), que caracteriza o mandato de Trump reitera uma diplomacia transacional e protecionista, na qual o questionamento de alianças multilaterais e o uso da disrupção institucional e da coerção econômica operam como ferramentas primárias para forçar concessões globais (Herz; Summa, 2025). O ápice dramático dessa nova diretriz materializou-se em 3 de janeiro de 2026, quando tropas estadunidenses invadiram a República Bolivariana da Venezuela, operação que culminou no sequestro do líder Nicolás Maduro e na imposição de uma abrupta intervenção no país sul-americano.

A justificativa de Washington para intervenção transcende a retórica de defesa democrática, ancorando-se na reativação de preceitos geopolíticos análogos à Doutrina Monroe. Historicamente estruturada sob o lema "a América para os americanos" (National Archives, 1822), a essência monroísta foi modernizada pela atual gestão para justificar o bloqueio irrestrito da penetração comercial, tecnológica e militar de nações como China e Rússia na América Latina (Kuhn; Arévalo, 2016). A invasão da Venezuela ilustra a aplicação prática desse ethos, convertendo a região em um cinturão de segurança exclusivo dos Estados Unidos e em um espaço de exclusão para adversários globais. Sob essa ótica militarizada e focada na extração



de recursos, o continente latino-americano é reposicionado como um tabuleiro de disputas, em que a hegemonia de Washington não admite contestações, forçando os governos locais a um alinhamento automático sob o risco de severas retaliações (Wietchikoski, 2025; Fernández; Rodríguez, 2025).

A escolha da Venezuela como epicentro dessa ofensiva imperialista está intrinsecamente ligada à sua trajetória política recente e ao seu inestimável valor estratégico. Marcada pela ascensão de Hugo Chávez e pela instauração da Revolução Bolivariana, um projeto de viés socialista e retórica anti-imperialista (Bonilla-Molina; El Troudi, 2004, Miranda, 2013), a nação mergulhou, durante a liderança de Maduro, em uma crise multifacetada. Essa crise envolveu o colapso de sua indústria petroleira, hiperinflação e forte esgarçamento institucional (Araújo; Silva, 2024). A deposição forçada do governo venezuelano atende, portanto, ao duplo propósito estadunidense de eliminar um enclave histórico de resistência na região e de assegurar suprimentos energéticos vitais (Gonçalves, 2025)

Diante da complexidade e da gravidade desse cenário imposto no início de 2026, e sob a ótica da Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) (Wallerstein, 2004), o presente trabalho erige seu problema de pesquisa: de que maneira a agressiva reedição da Doutrina Monroe de Trump e a invasão da Venezuela operam como mecanismos de uma potência hegemônica em declínio para refrear a autonomia diplomática dos países latino-americanos, em especial o da Venezuela?

Para responder a este questionamento, o objetivo geral deste estudo é analisar os impactos geopolíticos da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2025 como um instrumento de contenção estrutural sobre a soberania das nações latino-americanas. De forma específica, busca-se (i) analisar a transição da "Hegemonia por Consenso" para a "Dominação por Coerção" e (ii) caracterizar a Estratégia de Segurança Nacional e como sintomas do esgotamento da capacidade dos EUA de liderar o sistema-mundo por meio de instituições multilaterais, recorrendo ao uso da força bruta (hard power) para manter sua posição no Centro. A pesquisa justifica-se na medida em que a invasão da Venezuela possa ser compreendida como elemento de reconfigurações de poder na economia-mundo capitalista perante o recrudescimento do unilateralismo de Washington — interpretado não como demonstração de força absoluta, mas como sintoma de sua crise hegemônica estrutural.



Por fim, o estudo parte da hipótese central de que a intervenção militar na Venezuela e em preceitos parecidos da Doutrina Monroe (Kuhn; Arévalo, 2016; Fernández; Rodríguez, 2025) não constituem uma demonstração de força renovada, mas representam uma "agressão de proteção" típica de uma potência em declínio hegemônico. Dessa forma, essa ação visa garantir, via coerção, o controle de recursos estratégicos e a reserva de mercado na periferia e semiperiferia latino-americana, tentando retardar a transição sistêmica para uma ordem multipolar e neutralizar a influência de potências rivais no "entorno estratégico" estadunidense.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, concentrando-se nos níveis regionais e governamentais de análise. O alicerce teórico fundamenta-se na ASM de Immanuel Wallerstein, em que a hegemonia norte-americana encontra-se em um processo irreversível de declínio estrutural, iniciado na década de 1970 e acelerado no pós-Guerra Fria com o choque do petróleo e a estagnação econômica.

O autor argumenta que a agressividade unilateral e o militarismo crescente de Washington nas últimas décadas não são sinais de força, mas sintomas de uma "superpotência solitária" que tenta conter a perda de sua autoridade econômica e política (Wallerstein, 2004, p. 15). Para a consecução dos objetivos propostos, o estudo fundamenta-se em pesquisa de natureza bibliográfica e documental. A coleta de dados engloba a consulta a fontes primárias com destaque para ESN e comunicados oficiais de Donald Trump, bem como a fontes secundárias. Estas últimas compreendem artigos científicos, teses e publicações acadêmicas focadas na reorientação da política externa estadunidense, na crise venezuelana e nas atuais reconfigurações do xadrez geopolítico sul-americano, materiais estes presentes em websites como Google Acadêmico e do SciELO.

Nesse sentido, o referencial teórico mobilizado para embasar a análise estrutura-se em eixos analíticos fundamentais: a compreensão das diretrizes protecionistas e disruptivas do segundo mandato de Donald Trump (National Security Strategy, 2025; Herz; Summa, 2025; Reis, 2025; Wietchikoski, 2025); a revisão histórico-conceitual e a reativação prática da Doutrina Monroe frente às potências extrarregionais (Kuhn; Arévalo, 2016; Fernández; Rodríguez, 2025); e,



por fim, a trajetória da Revolução Bolivariana na Venezuela, associada aos incontornáveis interesses energéticos e de segurança nacional de Washington (Bonilla-Molina; El Troudi, 2004; Miranda, 2013; Araújo; Silva, 2024; Gonçalves, 2025).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, assume num processo de prospecção de dados e de análise, contudo com os dados coletados indicam que a invasão da Venezuela e a reedição da Doutrina Monroe em 2026 consolidam a transição definitiva dos Estados Unidos de uma hegemonia baseada no consenso para uma dominação puramente coercitiva, fenômeno que a ASM identifica como sintoma do declínio hegemônico do Centro. O uso da força militar na periferia latino-americana não reflete uma força renovada, mas uma tentativa desesperada de garantir o controle sobre recursos estratégicos e fluxos de valor, visando retardar a ascensão de potências rivais na economia-mundo. Essa discussão evidencia que a agressividade do governo Trump 2.0 atua como um mecanismo de disciplina regional que busca sufocar qualquer projeto de autonomia ou resistência antissistêmica na região (Wietchikoski, 2025).

Nesse sentido, a declaração de que "Cuba é a próxima" (Reuters, 2026) funciona como um desdobramento lógico dessa política de "limpeza estratégica" no entorno geográfico estadunidense, sugerindo que a administração busca eliminar focos históricos de dissidência no Caribe para restaurar uma zona de influência absoluta, o que, sob a ótica de Wallerstein, tende a aprofundar o caos sistêmico e acelerar a fragmentação da ordem global vigente.

4. CONCLUSÃO

Em suma, a presente pesquisa alcançou seu objetivo geral ao analisar os impactos geopolíticos do ESN, demonstrando que a reedição da Doutrina Monroe sob a administração Trump e a subsequente invasão da Venezuela operam como instrumentos de contenção estrutural na América Latina. Os resultados obtidos respondem à problemática proposta ao evidenciar, sob a ótica da ASM, que o recrudescimento do unilateralismo estadunidense não traduz uma vitalidade



imperial, mas configura o esforço coercitivo de um Centro em declínio hegemônico para sufocar a autonomia diplomática e econômica de sua periferia e semiperiferia.

Como principal limitação deste estudo, destaca-se a natureza fluida e o caráter contínuo do objeto de análise. Por se tratar de um cenário geopolítico em pleno desenrolar no ano de 2026, os impactos de longo prazo da intervenção militar e as reações definitivas dos mercados e da comunidade internacional ainda não podem ser mensurados em sua totalidade.

Apesar dessa restrição temporal, os achados abrem caminho para importantes desdobramentos acadêmicos. Como agenda futura de pesquisa, sugere-se o acompanhamento e a análise das respostas estratégicas das potências semiperiféricas frente a essa pressão do Norte Global. Além disso, torna-se fundamental investigar como rivais extrarregionais, notadamente China e Rússia, irão readequar seus projetos de inserção e cooperação na América do Sul e no Caribe diante deste agravamento do caos sistêmico global.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. P. de; SILVA, E. S. **O governo de Nicolás Maduro (2013-2023): crises, autoritarismo e migrações forçadas**. História Revista, Goiânia, v. 28, n. 3, p. 185–216, 2024. DOI: 10.5216/hr.v28i3.77174. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/77174>. Acesso em: 6 abr. 2026.

BONILLA-MOLINA, L.; EL TROUDI, H. **Historia de la revolución bolivariana: pequeña crónica 1948-2004**. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2004. 338 p.

FERNÁNDEZ, M.; RODRÍGUEZ, M. E. **O que esperar do governo Trump na América Latina?** Folha de S.Paulo, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2025/02/o-que-esperar-do-governo-trump-na-america-latina.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2026.

GONÇALVES, L. R. R. **Uma Análise da política externa estadunidense em relação à Venezuela durante o governo de Donald Trump (2017-2021)**. Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 1–15, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.2318-9452.2025v12n24.69759. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/69759>. Acesso em: 6 abr. 2026.

HERZ, M.; SUMMA, G. **Ameaças de Trump controlam agenda política global e redesenham zona de influência dos Estados Unidos na América Latina**. The Conversation Brasil, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/ameacas-de-trump-controlam-agenda-politica-global-e-redesenham-zona-de-influencia-dos-eua-na-america-latina-249247>. Acesso em: 9 abr. 2026.



KUHN, B.; ARÉVALO, R. **A Doutrina Monroe e suas influências**: impactos nas Américas. Repositório UniCEUB, 2016.

MIRANDA, J. A. A. **A política externa da Venezuela pós-Chavez**. Conjuntura Austral, [S. l.], v. 4, n. 17, p. 27–37, 2013. DOI: 10.22456/2178-8839.37864. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/37864>. Acesso em: 7 abr. 2026.

NATIONAL ARCHIVES. **Monroe Doctrine (1823)**. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/monroe-doctrine>. Acesso em: 09 abr. 2026.

REIS, Y. A. M. **A política externa do governo Trump 2.0**. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-politica-externa-do-governo-trump-2-0/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

REUTERS. **Cuba é a próxima**. Reuters Video, 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/video/watch/idRW816627032026RP1/>. Acesso em: 9 abr. 2026.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WHITE HOUSE. **National Security Strategy of the United States of America**. [s.l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2026.

WIETCHIKOSKI, L. **“Fazer a América grande de novo” e a hegemonia regional no governo Trump 2.0**. Interesse Nacional, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/portal/fazer-a-america-grande-de-novo-e-hegemonia-regional-no-governo-trump-2-0/>. Acesso em: 9 abr. 2026.

Organização

Organizadores

Luciana Ballestrin
Paula Geordana Hahn
João Vitor Baptista
Glauco da Rocha Winkel

Logística e Finanças

Ana Luiza Vitalli
Maria Eduarda Motta
Lisa Marie Bastos
Izadora Bartels
Gabriela Bonini Falke
João Leonardo Campos
Lara Ralile Soares

Comunicação e Marketing

Eduarda Martins
Miguel Ludwig
Maria de Rosso
Isabela Nunes Brim
Jordana da Rocha Bonow
Sofia Mazza Machado
Kauanny Carrion

Assuntos Acadêmicos

Lucas Rodrigues
Leila Cristhine Sousa
Eduardo Grecco Corrêa
Julia Bohn Nogueira
Mariana Corlassoli

X SARI | 2026

MULTILATERALISMO E CRISES
GLOBAIS: O PAPEL DO SUL